

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	36
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	124

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	126
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	299.075
Preferenciais	0
Total	299.075
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	31.285.095	28.963.964
1.01	Ativo Circulante	7.528.188	6.554.476
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	664.741	1.014.632
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.626	6.394
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.626	6.394
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	2.626	6.394
1.01.03	Contas a Receber	4.987.580	3.937.352
1.01.03.01	Clientes	4.398.227	3.727.553
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	4.398.227	3.727.553
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	589.353	209.799
1.01.04	Estoques	40.114	44.071
1.01.04.01	Almoxarifado	40.114	44.071
1.01.06	Tributos a Recuperar	808.813	789.977
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	808.813	789.977
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	309.316	192.123
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	499.497	597.854
1.01.07	Despesas Antecipadas	72.597	46.588
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	951.717	715.462
1.01.08.03	Outros	951.717	715.462
1.01.08.03.03	Outros créditos	382.119	388.335
1.01.08.03.05	Serviços em curso	237.596	226.026
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	332.002	101.101
1.02	Ativo Não Circulante	23.756.907	22.409.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.936.059	18.640.703
1.02.01.04	Contas a Receber	29.786	31.417
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes	29.786	31.417
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.599.398	1.722.573
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.599.398	1.722.573
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.306.875	16.886.713
1.02.01.10.03	Benefício fiscal	1.668.619	1.722.363
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	754.510	712.427
1.02.01.10.05	Ativo financeiro setorial	34.527	0
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.593.460	2.535.891
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	10.515.197	9.324.702
1.02.01.10.09	Outros créditos	135.387	51.010
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	2.403.559	2.056.357
1.02.01.10.12	Instrumentos financeiros derivativos	201.616	483.963
1.02.02	Investimentos	38.736	38.454
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	38.736	38.454
1.02.03	Imobilizado	461.083	180.373
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	461.083	180.373
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	444.443	162.791
1.02.03.01.02	Imobilizado em serviço	16.640	17.582
1.02.04	Intangível	3.321.029	3.549.958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.04.01	Intangíveis	3.321.029	3.549.958
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.321.029	3.549.958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	31.285.095	28.963.964
2.01	Passivo Circulante	11.978.234	10.010.779
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	145.883	121.560
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	145.883	121.560
2.01.02	Fornecedores	3.371.788	3.408.926
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.371.788	3.408.926
2.01.03	Obrigações Fiscais	567.631	470.765
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	156.021	114.783
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	156.021	114.783
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	404.713	349.744
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.897	6.238
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.048.642	2.390.141
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.759.519	1.995.522
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.061.765	1.187.587
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.697.754	807.935
2.01.04.02	Debêntures	1.289.123	394.619
2.01.05	Outras Obrigações	3.612.077	3.449.534
2.01.05.02	Outros	3.612.077	3.449.534
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.638	100.638
2.01.05.02.05	Consumidores - desconto CDE	635.686	0
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	546.732	445.746
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	957.540	917.405
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	759.441	1.049.306
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	4.790	5.892
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	142.737	59.421
2.01.05.02.14	Instrumentos financeiros derivativos	256.527	65.672
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	207.986	805.454
2.01.06	Provisões	232.213	169.853
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	228.474	166.360
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	228.474	166.360
2.01.06.02	Outras Provisões	3.739	3.493
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.739	3.493
2.02	Passivo Não Circulante	13.220.314	13.323.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.317.624	5.439.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.687.314	2.217.431
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.311.772	260.348
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.375.542	1.957.083
2.02.01.02	Debêntures	3.630.310	3.221.717
2.02.02	Outras Obrigações	6.172.179	7.128.242
2.02.02.02	Outros	6.172.179	7.128.242
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	3.053.262	4.395.560
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	127.421	112.491
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	161.844	115.367
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	0	268.025
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	337.040	125.208

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.460.408	2.111.591
2.02.02.02.17	Instrumentos financeiros derivativos	32.204	0
2.02.04	Provisões	730.511	756.525
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	728.063	754.077
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	728.063	754.077
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	6.086.547	5.629.270
2.03.01	Capital Social Realizado	4.532.525	4.532.525
2.03.02	Reservas de Capital	638.674	638.674
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	638.127	638.127
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	719.393	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	195.955	458.071

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.858.101	16.289.657	5.411.298	14.955.734
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.779.068	-13.328.299	-4.365.951	-11.655.273
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.445.461	-6.938.862	-2.338.475	-6.162.040
3.02.02	Provisão para ativo financeiro setorial	0	-112.552	0	0
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-747.951	-2.165.890	-765.229	-2.406.310
3.02.07	Pessoal e Administradores	-165.850	-487.220	-126.635	-344.509
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.651	-4.260	-1.334	-4.378
3.02.09	Serviços de Terceiros	-329.503	-895.847	-332.773	-760.607
3.02.10	Material	-9.677	-47.400	-3.926	-29.220
3.02.11	Custo de Construção	-814.285	-1.873.905	-632.628	-1.410.236
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	0	0	-611	-968
3.02.16	Depreciação e Amortização	-236.161	-676.300	-188.218	-545.414
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-28.529	-126.063	23.878	8.409
3.03	Resultado Bruto	1.079.033	2.961.358	1.045.347	3.300.461
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-310.491	-866.035	-255.939	-797.283
3.04.01	Despesas com Vendas	-164.075	-465.407	-114.116	-350.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-172.549	-540.979	-113.568	-468.965
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.133	140.351	-28.255	22.259
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	768.542	2.095.323	789.408	2.503.178
3.06	Resultado Financeiro	-413.488	-1.250.194	-303.991	-1.244.910
3.06.01	Receitas Financeiras	225.130	676.835	61.873	480.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-638.618	-1.927.029	-365.864	-1.725.326
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-638.878	-1.926.593	-365.171	-1.721.817
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	260	-436	-693	-3.509
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	355.054	845.129	485.417	1.258.268
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-120.703	-170.882	-155.143	-447.502
3.08.01	Corrente	0	117.809	984	984

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.08.02	Diferido	-120.703	-288.691	-156.127	-448.486
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	234.351	674.247	330.274	810.766
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	234.351	674.247	330.274	810.766
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,7836	2,2544	1,2365	3,4962

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	234.351	674.247	330.274	810.766
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.118	-216.970	9.258	354.273
4.02.01	Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	-35.086	-35.086	0	0
4.02.02	Tributos diferido sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	11.929	11.929	0	0
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-329.930	0	501.674
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	112.176	0	-170.570
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	24.302	36.275	14.027	35.104
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-8.263	-12.334	-4.769	-11.935
4.03	Resultado Abrangente do Período	227.233	457.277	339.532	1.165.039

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-828.064	82.526
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.611.316	3.091.002
6.01.01.01	Lucro líquido do período	674.247	810.766
6.01.01.02	Depreciação e amortização	955.868	736.260
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumentos financeiros derivativos	316.180	-354.579
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumentos financeiros derivativos	-184.394	150.516
6.01.01.05	Variações monetárias	-20.896	-54.596
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-349.391	-276.507
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	228.943	143.097
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	88.168	-12.760
6.01.01.09	Variação cambial - dívida	-316.009	354.579
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos	644.387	432.844
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	290.071	388.617
6.01.01.12	Provisão para ativo financeiro setorial	112.552	0
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	46.391	34.997
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	288.691	448.486
6.01.01.15	Marcação a mercado - dívida	113.907	-155.480
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	50.093	18.388
6.01.01.17	Juros sobre instrumentos financeiros derivativos	329.051	171.707
6.01.01.18	Perda de recebíveis de clientes	236.464	207.480
6.01.01.19	Amortização dos custos de transação	8.569	8.181
6.01.01.20	Atualização monetária de processos judiciais	98.424	39.006
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.763.792	-77.675
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.126.234	-355.334
6.01.02.02	Consumidores - desconto CDE	635.686	0
6.01.02.03	Almoxarifado	3.957	-6.099
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-75.725	2.533
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	40.788	449.655
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-26.009	-4.641
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	-414.642	-82.454
6.01.02.08	Outros créditos	-94.884	-52.016
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-34.527	0
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	24.323	2.789
6.01.02.11	Fornecedores	-37.138	261.670
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	96.866	-23.428
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-670.442	214.706
6.01.02.15	Serviços em curso	-11.570	133.823
6.01.02.16	Encargos setoriais	87.798	125.617
6.01.02.19	Outras obrigações	86.612	191.892
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-248.651	-936.388
6.01.03	Outros	-2.675.588	-2.930.801
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-229.131	-223.459

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-1.963.401	-2.146.283
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-150.246	-285.117
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-48.371	-18.700
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-284.439	-66.885
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	0	-66.282
6.01.03.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-124.075
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.867.783	-1.419.817
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-1.982.314	-1.587.610
6.02.02	Consumidores participação financeira	95.330	140.251
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	3.768	-1.288
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	6.843	23.248
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	8.590	5.587
6.02.08	Adições para ativo imobilizado	0	-5
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.345.956	1.105.019
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	5.104.542	2.152.927
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-2.795.285	-2.157.732
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	-10.040	0
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-87.643	-53.245
6.03.05	Pagamento (recebimento) de instrumentos financeiros derivativos (principal)	134.382	-230.431
6.03.06	Pagamento de dividendos	0	-59.500
6.03.08	Aumento de capital	0	1.453.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-349.891	-232.272
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.014.632	460.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	664.741	228.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	674.247	-216.970	457.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	674.247	0	674.247
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-216.970	-216.970
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	36.275	36.275
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-12.334	-12.334
5.05.02.06	Ganho (Perda) Atuarial	0	0	0	0	-329.930	-329.930
5.05.02.07	Tributos s/ Ganho (Perda) Atuarial	0	0	0	0	112.176	112.176
5.05.02.08	Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	0	0	0	0	-35.086	-35.086
5.05.02.09	Tributos diferido sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	0	0	0	0	11.929	11.929
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	45.146	-45.146	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	68.404	-68.404	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-23.258	23.258	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	638.674	0	719.393	195.955	6.086.547

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.453.000	0	0	0	0	1.453.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.453.000	0	0	0	0	1.453.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-148.214	1.313.253	1.165.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	810.766	0	810.766
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-958.980	1.313.253	354.273
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	35.104	35.104
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.935	-11.935
5.05.02.06	Ajustes atuariais	0	0	0	-1.453.000	1.954.674	501.674
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes atuariais	0	0	0	494.020	-664.590	-170.570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	47.525	-47.525	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	72.008	-72.008	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-24.483	24.483	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	2.268.430	2.237.488	-100.689	-3.496.799	5.440.955

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	25.001.277	22.954.332
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.930.942	15.599.623
7.01.02	Outras Receitas	7.661.837	6.295.050
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.873.905	1.410.236
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-465.407	-350.577
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.939.987	-11.634.166
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-9.962.592	-9.389.060
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.772.194	-2.119.020
7.02.04	Outros	-205.201	-126.086
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.061.290	11.320.166
7.04	Retenções	-997.340	-771.737
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-997.340	-771.737
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.063.950	10.548.429
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	676.835	480.416
7.06.02	Receitas Financeiras	676.835	480.416
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.740.785	11.028.845
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.740.785	11.028.845
7.08.01	Pessoal	552.342	449.651
7.08.01.01	Remuneração Direta	354.088	283.207
7.08.01.02	Benefícios	171.163	140.418
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.091	26.026
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.592.442	8.043.259
7.08.02.01	Federais	5.192.357	4.776.119
7.08.02.02	Estaduais	3.357.137	3.231.527
7.08.02.03	Municipais	42.948	35.613
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.921.754	1.725.169
7.08.03.01	Juros	1.927.029	1.725.326
7.08.03.02	Aluguéis	-5.275	-157
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	674.247	810.766
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	674.247	810.766

São Paulo, 29 de outubro de 2025 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (cerca de 18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do terceiro trimestre (“3T25”) e nove meses (“9M25”) de 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

-  + 8,3% na Receita Líquida do 3T25 vs. 3T24 e + 8,9% no acumulado do ano;
-  R\$1,9 bi de investimentos acumulados no ano, 25,8% acima do mesmo período de 2024;
-  Melhora do Tempo Médio de Atendimento (TMA), com redução de 269 minutos (-37%) nos últimos 12 meses em comparação a 2024;
-  Total de colaboradores 20.185, crescimento de 15,2% sobre o mesmo período de 2024, dos quais 4.664 próprios 14,7% acima do 3T24, ratificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede;
-  53.980 inspeções (fraudes, regular e avarias) realizadas no 3T25, e 154.179 no acumulado do ano;
-  Aproximadamente 2 milhões de *Smartmeters* instalados até setembro de 2025;
-  + 507 mil podas de árvores realizadas nos nove primeiros meses do ano.
-  Acréscimo no plano de instalação de telecontrole (+283% vs 2024).
-  Intensificação do plano de manutenções preventivas (+59% vs 2024).

DESTAQUES NO PERÍODO

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	9.508.662	8.253.053	15,2%	8.182.722	16,2%	25.466.684	23.304.909	9,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.858.101	5.411.298	8,3%	5.372.040	9,0%	16.289.657	14.955.734	8,9%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	1.097.133	1.046.437	4,8%	893.984	22,7%	3.051.191	3.239.438	-5,8%
Margem EBITDA (%)*	18,7%	19,3%	-0,6 p.p.	16,6%	2,1 p.p.	18,7%	21,7%	-2,9 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	21,8%	21,9%	-0,1 p.p.	18,7%	3,1 p.p.	21,2%	23,9%	-2,7 p.p.
EBIT (3) (R\$ mil)*	768.542	789.408	-2,6%	560.058	37,2%	2.095.323	2.503.178	-16,3%
Margem EBIT (%)*	13,1%	14,6%	-1,47 p.p.	10,4%	2,7 p.p.	12,9%	16,7%	-3,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	234.351	330.274	-29,0%	72.743	222,2%	674.247	810.766	-16,8%
Margem Líquida (%)	4,0%	6,1%	-2,1 p.p.	1,4%	195,4%	4,1%	5,4%	-1,3 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	4,6%	6,9%	-2,3 p.p.	1,5%	205,7%	4,7%	6,0%	-1,3 p.p.
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	10.721	10.676	0,4%	11.031	-2,8%	33.379	33.266	0,3%
CAPEX (R\$ mil)*	759.816	574.460	32,3%	629.414	20,7%	1.873.692	1.489.605	25,8%
DEC - horas (12 meses)*	6,88	6,72	2,3%	6,73	2,3%	6,88	6,72	2,3%
FEC - vezes (12 meses)*	3,56	3,29	8,1%	3,32	7,1%	3,56	3,29	8,1%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,39%	99,63%	-1,2 p.p.	98,13%	0,3 p.p.	98,39%	99,63%	-1,2 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	11,01%	11,10%	-0,1 p.p.	11,11%	-0,1 p.p.	11,01%	11,10%	-0,1 p.p.
PMSO (4) /Consumidor*	96,0	82,5	17,1%	83,3	15,7%	275,2	229,1	20,1%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24;
(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros

econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com aproximadamente 8,1 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de cerca de 18,0 milhões de habitantes¹.

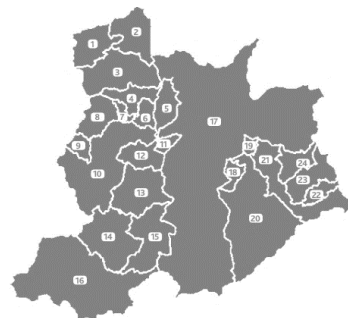
DADOS GERAIS*

	3T25	3T24	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.703	42.625	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	1.850	1.846	0,2%
Subestações (Unid.)	163	163	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	44.559	44.306	0,6%
Marketshare no Brasil - N° de Clientes (1)	8,82%	8,86%	-0,04 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	7,91%	7,97%	-0,06 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADEE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

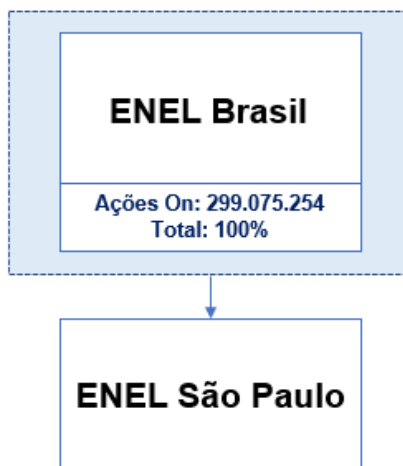
- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de setembro de 2025

Controlador



*Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Mercado Cativo	8.090.336	7.985.554	1,3%	8.044.475	0,6%	8.090.336	7.985.554	1,3%
Residencial	7.606.469	7.514.444	1,2%	7.567.514	0,5%	7.606.469	7.514.444	1,2%
Industrial	24.483	24.211	1,1%	24.183	1,2%	24.483	24.211	1,1%
Comercial	439.038	430.266	2,0%	432.609	1,5%	439.038	430.266	2,0%
Rural	527	576	-8,5%	535	-1,5%	527	576	-8,5%
Setor Público	19.819	16.057	23,4%	19.634	0,9%	19.819	16.057	23,4%
Cientes Livres	7.232	5.590	29,4%	6.962	3,9%	7.232	5.590	29,4%
Residencial	4	-	n.a	2	100,0%	4	-	n.a
Industrial	1.950	1.390	40,3%	1.868	4,4%	1.950	1.390	40,3%
Comercial	5.109	3.969	28,7%	4.951	3,2%	5.109	3.969	28,7%
Setor Público e outros	169	231	-26,8%	143	18,2%	169	231	-26,8%
Total - Número de Consumidores (faturados)	8.097.568	7.991.144	1,3%	8.051.437	0,6%	8.097.568	7.991.144	1,3%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

A Companhia encerrou o 3T25 com um aumento de 1,3%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 3T24.

O crescimento do mercado cativo concentrou-se principalmente na classe residencial (aproximadamente 92 mil clientes). Em relação ao mercado livre, destacam-se as classes industrial e comercial, com aumentos de 40,3% e 28,7% respectivamente, reflexo principalmente da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão²

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. %
Mercado Cativo	6.829	7.003	-2,5%	6.879	-0,7%	21.279	22.166	-4,0%
Cientes Livres	3.891	3.672	6,0%	4.151	-6,3%	12.101	11.100	9,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.721	10.676	0,4%	11.031	-2,8%	33.379	33.266	0,3%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. %
Residencial	4.484	4.368	2,6%	4.366	2,7%	13.649	13.440	1,6%
Industrial	269	363	-25,9%	286	-5,8%	866	1.181	-26,7%
Comercial	1.677	1.823	-8,0%	1.784	-6,0%	5.472	6.094	-10,2%
Rural	2	8	-75,6%	2	2,1%	6	25	-75,5%
Setor Público	398	440	-9,7%	441	-9,9%	1.285	1.425	-9,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	6.829	7.003	-2,5%	6.879	-0,7%	21.279	22.166	-4,0%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

O mercado cativo totalizou 6.829 GWh no 3T25, redução de 2,5% frente ao mesmo período de 2024 (7.003 GWh), impactado por temperaturas mais amenas e pela migração de consumidores para o mercado livre. No acumulado do ano (9M25), o consumo somou 21.279 GWh, queda de 4,0% em relação a 2024.

A classe residencial apresentou crescimento de 2,6% no trimestre e 1,6% no acumulado, reflexo da melhora no rendimento médio das famílias.

As classes industrial e comercial concentraram as principais retrações, em função da abertura do mercado livre a clientes do Grupo A.

² Não Inclui Consumo Próprio

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. %
Residencial	0,2	-	n.a	0,1	201,3%	0,3	-	n.a
Industrial	1.642	1.587	3,5%	1.682	-2,3%	4.878	4.552	7,2%
Comercial	1.799	1.635	10,1%	2.012	-10,6%	5.833	5.190	12,4%
Setor Público e outros	450	451	-0,2%	458	-1,8%	1.389	1.358	2,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	3.891	3.672	6,0%	4.151	-6,3%	12.101	11.100	9,0%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 3.891 GWh no 3T25, um aumento de 6,0% quando comparado ao 3T24, em decorrência principalmente do aumento do consumo na classe industrial e comercial em decorrência da migração de clientes do mercado cativo, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A.

No acumulado do ano, o mercado livre registrou crescimento ainda maior de 9,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior, seguindo as mesmas tendências observadas no trimestre.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWh)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Itaipu	1.727	1.771	-2,5%	1.701	1,5%	5.110	5.272	-3,1%
Angra 1 e 2	349	351	-0,7%	345	1,1%	1.034	1.046	-1,1%
Proinfa	176	171	2,8%	157	12,0%	484	494	-2,0%
Leilão e Quotas	6.889	7.234	-4,8%	6.841	0,7%	20.258	19.653	3,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	9.140	9.527	-4,1%	9.043	1,1%	26.887	26.464	-65,5%
Liquidação na CCEE	-614	-875,3	-29,8%	-550,5	11,5%	-623,1	342,4	-279,2%
Total - Compra de Energia	8.526	8.652	-1,5%	8.493	0,4%	26.264	26.806	-2,0%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)*

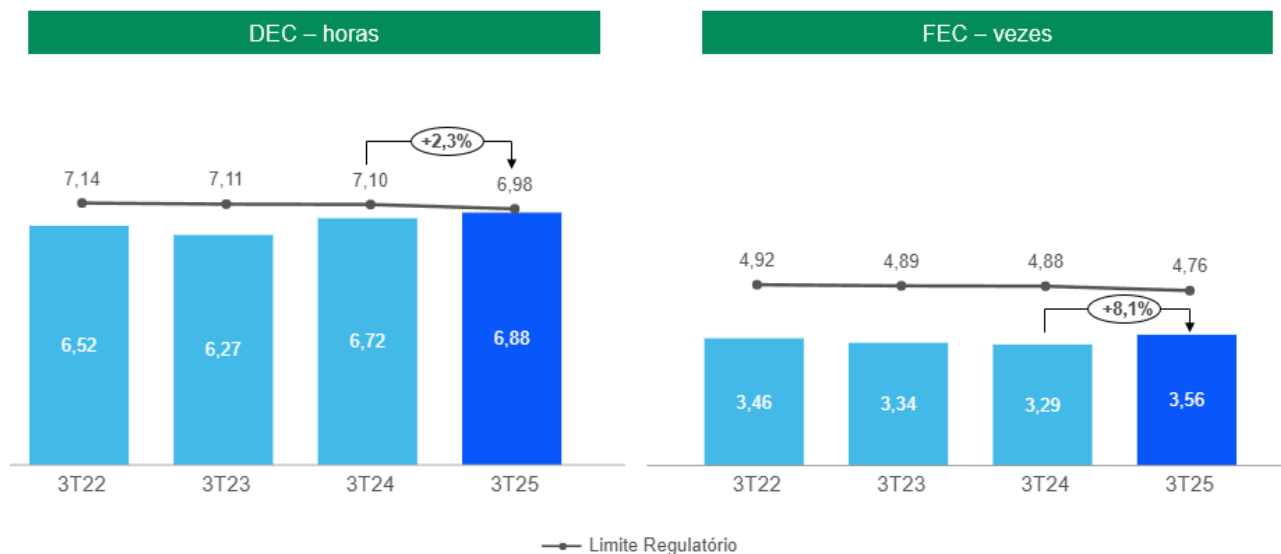
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Energia Requerida (GWh)	12.287,3	12.473,5	-1,5%	13.294,3	-7,6%	25.581,7	25.297,4	1,1%
Energia Distribuída (GWh)	11.138	11.467	-2,9%	11.743	-5,2%	22.881	22.745	0,6%
Mercado Cativo	6.985	7.625	-8,4%	7.684	-9,1%	14.668	15.317	-4,2%
Mercado Livre	4.153	3.842	8,1%	4.060	2,3%	8.213	7.428	10,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.149	1.007	14,2%	1.551	-25,9%	2.700	2.552	5,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	9,35%	8,07%	1,3 p.p.	11,67%	-2,3 p.p.	10,56%	10,09%	0,5 p.p.

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

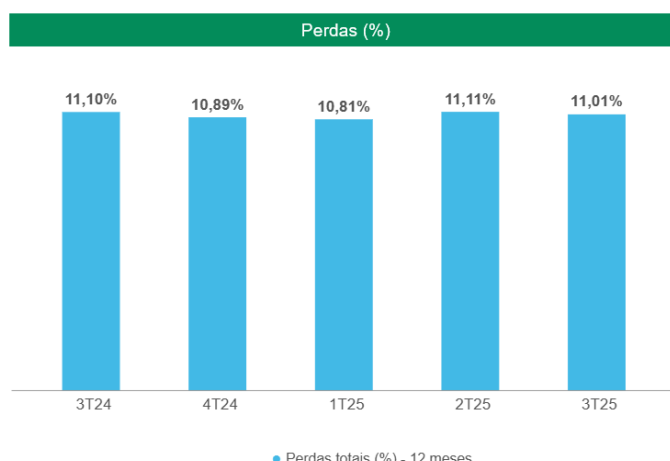
No 3T25, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma alta de 2,3% e 8,1% respectivamente em relação ao mesmo período em 2024, reflexo, parcialmente, do evento climático registrado em 22 de setembro que impactou o indicador.

A Enel SP investiu no ano de 2025 em diversas ações que contribuíram para a mitigação dos impactos do DEC. As ações abaixo elencadas têm o foco fundamental na mitigação desta variação tendo em vista a maior severidade do clima e continuar abaixo do limite regulatório:

- Intensificação do plano de manutenções preventivas (+59% vs 2024);
- Plano de redução do (Tempo Médio de Atendimento Emergencial) TMAE (-37% vs 2024);
- Acréscimo no plano de instalação de telecontrole (+283% vs 2024).

Destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 6,98 / FEC: 4,76).

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25. 3 O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Disciplina de Mercado*

No 3T25 as perdas de energia, dos 12 últimos meses, alcançaram 11,01%, uma redução de 0,1 p.p. em relação às perdas registradas no 3T24 que foram de 11,10%.

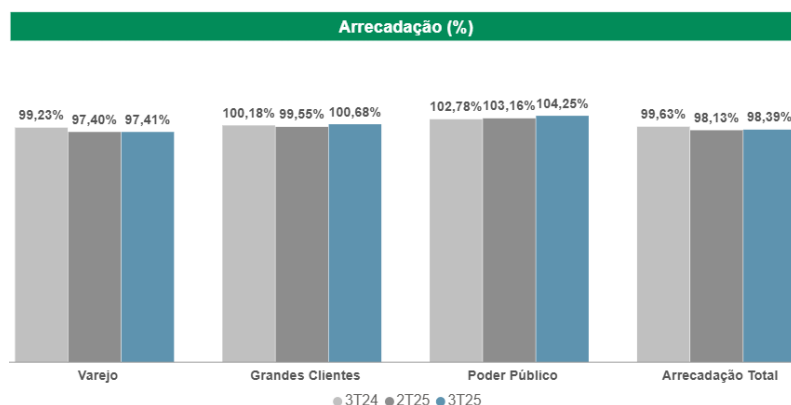
O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 333 GWh de energia no 3T25.

Arrecadação*

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. A seguir, o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.

O índice de arrecadação da companhia atingiu 98,39% no 3T25 contra 99,63% no mesmo período do ano anterior, o desvio está no segmento de Varejo e é explicado pelas negociações do Programa Desenrola Brasil que ocorreram em 2024, sendo um evento extraordinário.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:



- Realização de 782 mil suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- Negativações de 8,8 milhões de faturas;
- 69 milhões de interação por meio de robôs, contato humano e whatsapp através das assessorias de cobrança;
- Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- Negociações para 493 mil consumidores;

Além disso, a Enel São Paulo disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	6.575.581	5.556.034	18,4%	5.367.763	22,5%	17.653.323	16.897.070	4,5%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(24.347)	(17.059)	42,7%	(28.291)	-13,9%	(71.362)	(73.189)	-2,5%
Subvenção baixa renda	118.021	84.155	40,2%	83.811	40,8%	294.181	281.713	4,4%
Subvenção de recursos da CDE	190.509	147.832	28,9%	187.006	1,9%	551.952	448.602	23,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	892.041	775.185	15,1%	859.555	3,8%	2.631.555	2.366.958	11,2%
Receita de construção	814.285	632.627	28,7%	586.040	38,9%	1.873.905	1.410.236	32,9%
Atualização do ativo financeiro da concessão	74.473	57.429	29,7%	88.328	-15,7%	345.500	276.507	25,0%
Ativo financeiro setorial, líquido	777.114	906.010	-14,2%	921.558	-15,7%	1.898.390	1.422.529	33,5%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	90.985	110.840	-17,9%	116.952	-22,2%	289.240	274.483	5,4%
Total - Receita Operacional Bruta	9.508.662	8.253.053	15,2%	8.182.722	16,2%	25.466.684	23.304.909	9,3%
ICMS	(1.177.989)	(1.027.165)	14,7%	(1.033.158)	14,0%	(3.342.077)	(3.223.876)	3,7%
COFINS	(542.936)	(490.480)	10,7%	(478.606)	13,4%	(1.468.345)	(1.387.421)	5,8%
PIS	(117.814)	(106.376)	10,8%	(103.883)	13,4%	(318.645)	(301.145)	5,8%
ISS	(89)	(80)	11,3%	(84)	6,0%	(258)	(243)	6,2%
Total - Tributos	(1.838.828)	(1.624.101)	13,2%	(1.615.731)	13,8%	(5.129.325)	(4.912.685)	4,4%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(50.625)	(47.662)	6,2%	(46.120)	9,8%	(138.764)	(132.519)	4,7%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.288.487)	(1.005.733)	28,1%	(989.742)	30,2%	(3.267.972)	(3.108.319)	5,1%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(7.285)	(6.982)	4,3%	(6.982)	4,3%	(21.249)	(19.492)	9,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	4.825	3.268	47,6%	3.436	40,4%	9.847	(16.126)	<-100,0%
Encargos do consumidor - CCRBT	(470.161)	(160.545)	>100,0%	(155.543)	>100,0%	(629.564)	(160.034)	>100,0%
Total - Encargos Setoriais	(1.811.733)	(1.217.654)	48,8%	(1.194.951)	51,6%	(4.047.702)	(3.436.490)	17,8%
Total - Deduções da Receita	(3.650.561)	(2.841.755)	28,5%	(2.810.682)	29,9%	(9.177.027)	(8.349.175)	9,9%
Total - Receita Operacional Líquida	5.858.101	5.411.298	8,3%	5.372.040	9,0%	16.289.657	14.955.734	8,9%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	5.043.816	4.778.671	5,5%	4.786.000	5,4%	14.415.752	13.545.498	6,4%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

A receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5,9 bilhões no 3T25, representando um aumento de 8,3% (R\$ 446,8 milhões) em relação ao 3T24. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 3T25, alcançou o montante de R\$ 5,0 bilhões, um aumento de R\$ 265,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4,8 bilhões. Este incremento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de 18,4% no Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo no 3T25 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, um incremento de R\$ 1,0 bilhão, explicado pela maior tarifa vigente no 3T25 em comparação ao 3T24 (13,94% vs. -2,43%). Tal efeito mais do que compensou os efeitos negativos da migração de classes e queda na temperatura média do 3T25, de 1,1º C, vis-à-vis o mesmo período do ano anterior;
- Aumento na rubrica de disponibilidade do sistema – TUSD, – mercado livre em R\$ 116,9 milhões, explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento na rubrica de Subvenção de Recursos da CDE na ordem de R\$ 42,7 milhões em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifária;
- Aumento na rubrica de Subvenção Baixa Renda na ordem de R\$ 33,9 milhões relacionado ao aumento de consumidores cadastrados em tal segmento, em particular a partir de julho com os efeitos da MP 1300/2025;
- Aumento na atualização do ativo financeiro de concessão no 3T25 na ordem de R\$ 17,0 milhões em comparação com o 3T24, devido ao efeito do crescimento da base;

Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Queda na rubrica do ativo financeiro setorial líquido na ordem de R\$ 128,9 milhões, relacionado principalmente a maior cobertura tarifária no 3T25 vs 3T24 para os itens relacionados à sobrecontratação, ESS e CDE, compensada parcialmente pelo aumento do custo da compra de energia no período;

- Aumento de R\$ 309,6 milhões na linha de Encargos do Consumidor – CCRBT, em função da vigência das bandeiras vermelha patamar 1 (julho) e 2 (agosto e setembro) no 3T25 versus a vigência das bandeiras verde (julho), amarela (agosto) e vermelha (setembro) no 3T24;
- Queda na linha de Outras Receitas Originadas de Contratos com Cliente na ordem de R\$ 19,9 milhões atribuído a redução da venda de energia na CCEE no 3T25 vs. 3T24;
- Aumento linha de deduções referentes à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 3T25, na ordem de R\$ 282,8 milhões, em função do aumento da cota da CDE, homologada em agosto de 2025;
- Aumento de 13,2% (R\$ 214,7 milhões) no total de tributos, decorrente principalmente do aumento na rubrica do ICMS e COFINS;

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 16,3 bilhões, representando um aumento de 8,9% (R\$ 1,3 bilhão) em relação ao 9M24. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 9M25, alcançou o montante de R\$ 14,4 bilhões, um aumento de R\$ 870,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 13,5 bilhões. Este incremento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de 4,5% no Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo no 9M25 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, um incremento de R\$ 756,3 bilhão, explicado pela maior tarifa vigente no 9M25 em comparação ao 9M24. Tal efeito mais do que compensou os efeitos negativos da migração de classes e queda na temperatura média do 9M25 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior;
- Aumento na rubrica do Ativo Financeiro Setorial Líquido na ordem de R\$ 475,9 milhões, relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no período;
- Aumento na rubrica de disponibilidade do sistema – TUSD, – mercado livre em R\$ 264,6 milhões, explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento na rubrica de Subvenção de Recursos da CDE na ordem de R\$ 103,4 milhões em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifária;
- Aumento na rubrica de Atualização do Ativo Financeiro da Concessão na ordem de R\$ 69,0 milhões, devido a maior inflação registrada no período, além do efeito do crescimento da base;
- Aumento na linha de Outras Receitas Originadas de Contratos com Cliente na ordem de R\$ 14,8 milhões atribuído principalmente ao aumento na receita com aluguel de postes e a uma receita decorrente de recuperação de créditos de um órgão público;
- Impacto positivo de R\$25,9 milhões na linha de Encargos do Consumidor Proinfa;

Tal efeito foi parcialmente compensado por:

- Aumento na linha de deduções referentes à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 9M25, na ordem de R\$ 159,7 milhões, em função do aumento da cota da CDE, homologada em agosto de 2025;
- Aumento de R\$ 469,5 milhões na linha de Encargos do Consumidor – CCRBT, em função da vigência das bandeiras vermelha patamar 1 e 2 entre junho e setembro de 2025 versus a predominância da bandeira verde na maior parte dos meses ao longo do 9M24.
- Aumento de 4,4% (R\$ 216,6 milhões) no total de tributos, decorrente principalmente do aumento na rubrica do ICMS e COFINS;

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.445.461)	(2.338.475)	4,6%	(2.394.241)	2,1%	(6.938.862)	(6.162.040)	12,6%
Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(747.951)	(765.229)	-2,3%	(743.382)	0,6%	(2.165.890)	(2.406.310)	-10,0%
Total - Não Gerenciáveis	(3.193.412)	(3.103.704)	2,9%	(3.137.623)	1,8%	(9.104.752)	(8.568.350)	6,3%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(188.520)	(154.380)	22,1%	(191.172)	-1,4%	(569.385)	(436.510)	30,4%
Previdência Privada	(1.968)	(1.648)	19,4%	(1.891)	4,1%	(5.237)	(5.354)	-2,2%
Material e Serviços de Terceiros	(358.662)	(316.577)	13,3%	(373.590)	-4,0%	(1.030.952)	(882.556)	16,8%
Depreciação e Amortização (D&A)	(328.591)	(257.029)	27,8%	(333.926)	-1,6%	(955.868)	(736.260)	29,8%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(54.492)	(41.710)	30,6%	(94.666)	-42,4%	(228.944)	(143.096)	60,0%
Custo de Construção	(814.285)	(632.628)	28,7%	(586.040)	38,9%	(1.873.905)	(1.410.236)	32,9%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(37.650)	(37.431)	0,6%	(28.934)	30,1%	(90.564)	(93.381)	-3,0%
Perda de recebíveis de clientes	(109.583)	(72.406)	51,3%	(45.030)	143,4%	(236.463)	(207.481)	14,0%
Provisão para ativo financeiro setorial	-	-	-	(112.552)	-	(112.552)	-	-
Receita de multas por impuntualidade de clientes	25.875	32.149	-19,5%	30.786	-16,0%	86.652	98.574	-12,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(28.271)	(36.526)	-22,6%	62.656	-145,1%	(72.364)	(67.906)	6,6%
Total - Gerenciáveis	(1.896.147)	(1.518.186)	24,9%	(1.674.359)	13,2%	(5.089.582)	(3.884.206)	31,0%
Total - Gerenciáveis (excluindo custo de construção e D&A)	(753.271)	(628.529)	19,8%	(754.393)	-0,1%	(2.259.809)	(1.737.710)	30,0%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.089.559)	(4.621.890)	10,1%	(4.811.982)	5,8%	(14.194.334)	(12.452.556)	14,0%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 5,1 bilhões no 3T25, um aumento de R\$ 467,7 milhões em comparação com o 3T24. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 3,2 bilhões, montante 2,9% (R\$ 89,7 milhões) superior ao registrado no 3T24, explicado por:

- Aumento na energia elétrica comprada para revenda na ordem de R\$ 107,0 milhões devido as condições hidrológicas e bandeiras tarifárias do período, implicando em maior custo;
- Compensado parcialmente pela queda na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 17,3 milhões.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 3T25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram um aumento de R\$ 196,3 milhões (22,2%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 34,1 milhões na rubrica de pessoal em decorrência do projeto *insourcing*;
- Aumento de R\$ 42,1 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros, explicado pela intensificação das podas que atingiram mais de 169 mil no período e maior número de ocorrências registradas;
- Aumento de R\$ 71,6 milhões na rubrica de Depreciação e Amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Piora de R\$ 12,8 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, atribuído principalmente a melhora não recorrente no resultado de 2024 derivado do Programa Desenrola;
- Aumento de R\$ 37,2 milhões na rubrica de perdas de recebíveis de clientes em decorrência do aumento do *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos;

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 14,2 bilhões, um aumento de R\$ 1.741,8 milhões em comparação com o 9M24. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 9,1 bilhões, montante 6,3% (R\$ 536,4 milhões) superior ao registrado no 9M24, explicado por:

- Aumento na Energia Elétrica Comprada para Revenda na ordem de R\$ 776,8 milhões, em razão do aumento no custo de energia no 9M25 versus 9M24;
- Compensado parcialmente pela queda na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 240,4 milhões devido a contabilização de alívio retroativo.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 9M25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram um aumento de R\$ 741,7 milhões (30,0%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 132,9 milhões na rubrica de pessoal em decorrência do projeto *insourcing* e pagamento de bônus anual;
- Aumento de R\$ 148,4 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros, explicado pela intensificação das podas que atingiram 507 mil no período e maior número de ocorrências que totalizou 450 mil;
- Aumento de R\$ 219,6 milhões na rubrica de Depreciação e Amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Piora de R\$ 85,8 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, atribuído ao maior nível de provisão em 2025 decorrentes do deslocamento de equipes de corte para apoio a qualidade do atendimento durante a crise meteorológica do início do ano e melhora não recorrente no resultado de 2024 derivado do Programa Desenrola;
- Aumento de R\$ 112,6 milhões na rubrica de provisão para ativo financeiro setorial relacionado à constituição de provisão de sobrecontratação involuntária, conforme detalhado na Nota Explicativa 28.3 (c2) das Demonstrações Financeiras;
- Aumento da rubrica de Perdas de Recebíveis de Clientes de R\$ 29,0 milhões em razão do aumento do *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos;

EBITDA



O EBITDA da Enel São Paulo no 3T25 atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, representando um aumento de R\$ 50,7 milhões em relação ao 3T24 devido a melhora da margem, impactada positivamente pela maior tarifa vigente no 3T25 em comparação ao 3T24 (13,94% vs. -2,43%).

Tal efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do *opex* (custos gerenciáveis ex-custo de construção e depreciação e amortização), devido aos aumentos nas linhas de pessoal, materiais, serviços de terceiros, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e perda de recebíveis, conforme explicado anteriormente.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu EBITDA na ordem de R\$ 3,1 bilhões, o que representa uma redução de R\$ 188,2 milhões em relação ao 9M24, em decorrência do aumento do *opex*, refletindo aumentos nas linhas de pessoal, materiais, serviços de terceiros, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, perda de recebíveis e provisão para ativo financeiro setorial. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo aumento da margem, impactada positivamente pela tarifa média maior revisada em julho.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	12.408	10.347	19,9%	12.203	1,7%	41.650	33.411	24,7%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	11.141	3.614	>100,0%	10.656	4,6%	28.471	22.881	24,4%
Atualização de Créditos Tributários	10.147	19	>100,0%	6.015	68,7%	37.240	1.645	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	18.183	11.791	54,2%	16.382	11,0%	49.014	44.482	-63,2%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	27.216	50.044	-45,6%	11.497	>100,0%	64.062	32.474	-64,6%
Ajuste MTM Dívida	66.119	(25.604)	<-100,0%	4.379	>100,0%	225.129	187.670	-97,7%
Juros e variações monetárias - outros	64.361	58.295	10,4%	66.701	-3,5%	190.698	190.738	-65,0%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	2.070	5.786	-64,2%	1.470	40,8%	3.570	12.483	-88,2%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	19.014	11.457	66,0%	18.370	3,5%	53.263	27.858	-34,1%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(5.529)	(4.079)	35,5%	(5.306)	4,2%	(16.262)	(13.427)	21,1%
Total - Receitas Financeiras	225.130	121.670	85,0%	142.367	58,1%	676.835	540.215	25,3%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(225.477)	(122.540)	84,0%	(175.140)	28,7%	(550.551)	(350.121)	57,2%
Variação Monetária - Empréstimos e Derivativos	(10.534)	(12.619)	-16,5%	(25.908)	-59,3%	(102.405)	(90.904)	12,7%
Instrumentos Financeiros de hedge	(157.660)	(49.806)	>100,0%	(133.772)	17,9%	(483.693)	(354.412)	36,5%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(14.007)	(6.135)	>100,0%	(30.200)	-53,6%	(50.093)	(18.388)	>100,0%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(13.544)	(10.726)	26,3%	(12.481)	8,5%	(37.617)	(15.159)	>100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	7.019	3.343	>100,0%	5.429	29,3%	16.039	6.072	>100,0%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(15.831)	(8.676)	82,5%	(14.390)	10,0%	(43.718)	(33.460)	30,7%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(34.879)	52.829	<-100,0%	(41.079)	-15,1%	(98.424)	(39.006)	>100,0%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(82.115)	(116.501)	-29,5%	(73.976)	11,0%	(286.887)	(383.643)	-25,2%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(3.103)	(2.537)	22,3%	(5.812)	-46,6%	(8.957)	(10.624)	-15,7%
Juros e variações monetárias - outros	(58.415)	(52.197)	11,9%	(57.635)	1,4%	(170.265)	(171.952)	-1,0%
Outras Despesas Financeiras	(19.712)	(23.798)	-17,2%	3.998	<-100,0%	(19.754)	(99.151)	-80,1%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(10.620)	(75.605)	-86,0%	(28.349)	-62,5%	(90.268)	(220.867)	-59,1%
Total - Despesas Financeiras	(638.878)	(424.968)	50,3%	(589.315)	8,4%	(1.926.593)	(1.781.615)	8,1%
Variações Cambiais	260	(693)	<-100,0%	(1.879)	-113,8%	(436)	(3.509)	-87,6%
Variações cambiais - Empréstimos	98.150	35.251	>100,0%	61.689	59,1%	316.009	(354.579)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(98.308)	(35.277)	>100,0%	(61.682)	59,4%	(316.180)	354.579	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	418	(667)	<-100,0%	(1.886)	<-100,0%	(265)	(3.509)	-92,4%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(413.488)	(303.991)	36,0%	(448.827)	-7,9%	(1.250.194)	(1.244.909)	0,4%

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 3T25 com uma despesa líquida de R\$ 413,5 milhões, um aumento de R\$ 109,5 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é explicada, principalmente, por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 117,1 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento no volume da dívida e do CDI (3,66% 3T25 vs. 2,62% 3T24) entre os períodos analisados;
- Aumento de despesa no montante de R\$ 87,7 milhões na rubrica de atualização monetária de processos judiciais e outros;

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução líquida de despesa no montante de R\$ 42,1 milhões nas rubricas de atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais. A variação está relacionada a maior constituição de ativos setoriais em decorrência do aumento de custo de contratação térmica/hídrica e menor cobertura tarifária;
- Redução de R\$ 34,3 milhões na rubrica de custos dos juros (líquidos) do plano de pensão decorrente da redução da dívida atuarial entre os períodos comparados;

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 1.250,1 milhões, montante 0,4% (R\$ 5,2 milhões) superior ao valor registrado no 9M24 (R\$ 1.244,9 milhões), devido a:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 303,9 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento no volume de dívida e de CDI (10,36% 9M25 vs. 7,99% 9M24);
- Aumento de despesa de R\$ 31,7 milhões na rubrica de juros sobre obrigações de arrendamento financeiro em virtude do aumento no volume das obrigações por arrendamento;

Estes efeitos foram parcialmente compensando por:

- Redução líquida de despesa no montante de R\$ 162,2 milhões nas rubricas de atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais, relacionada a reversão da correção dos componentes financeiros não homologados no reajuste anterior pela ANEEL dos itens (Reversão Escassez hídrica, DECRETO 10.665 e Correção PIS/COFINS 2021) revertidos do resultado financeiro no período de Jul23 a jun24;

- Redução de R\$ 96,7 milhões na rubrica de custos dos juros (líquidos) do plano de pensão decorrente da redução da dívida atuarial entre os períodos comparados;
- Redução de R\$ 79,4 milhões na rubrica de outras despesas financeiras, devido principalmente aos descontos relacionados à medida de apoio implementada pela Companhia nos 9M24, com a isenção do pagamento da conta de energia durante 3 meses para clientes elegíveis, desde dezembro de 2023, a qual não ocorreu no nos 9M25;

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 234,4 milhões no 3T25, o que representa uma queda de 29% (R\$ 95,9 milhões) em relação ao 3T24, explicada principalmente pelo aumento de 75% nas despesas financeiras – conforme explicação acima - e da Depreciação e Amortização. O valor foi parcialmente compensado pela melhora do EBITDA, conforme explicação acima, e queda de 22% no pagamento de impostos, em decorrência da menor base de cálculo no 3T25 vs. 3T24.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu lucro de R\$ 674,2 milhões, representando uma redução de 16,9% ou R\$ 136,6 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, resultado do menor EBITDA e aumento da Depreciação e Amortização, compensado parcialmente pelos Impostos e Tributos, devido em grande parte ao impacto positivo não recorrente de R\$ 117,8 milhões na linha de impostos, registrado no 1T25, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, ao longo do período, houve uma redução do lucro antes dos impostos na comparação com mesmo intervalo de 2024 acarretando redução de arrecadação e menor impacto de adição permanente, principalmente pelas perdas indedutíveis do contas a receber relacionado a baixa do programa desenrola Brasil, cujo impacto se deu em 2024.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. %
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	10.121.379	7.073.473	43,09%	9.711.021	4,23%	10.121.379	7.073.473	43,09%
(-) Disponibilidades	(667.367)	(235.679)	183,17%	(608.077)	9,75%	(667.367)	(235.679)	183,17%
Dívida Líquida	9.454.012	6.837.794	38,26%	9.102.944	3,86%	9.454.012	6.837.794	38,26%
EBITDA (2)	4.092.606	4.257.923	-3,88%	4.041.911	1,25%	4.092.606	4.257.923	-3,88%
Dívida Bruta/EBITDA	2,47	1,66	48,87%	2,40	2,93%	2,47	1,66	48,87%
Dívida Líquida/EBITDA	2,31	1,61	43,85%	2,25	2,57%	2,31	1,61	43,85%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,62	0,57	10,48%	0,62	0,18%	0,62	0,57	10,48%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,61	0,56	9,24%	0,61	0,05%	0,61	0,56	9,24%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta da Companhia encerrou o 3T25 em R\$ 10.121 milhões, um aumento de R\$ 3.048 milhões em relação ao 3T24. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 5.368 milhões para financiamento de investimentos, e (ii) provisões de encargos de R\$ 1.176 milhões. Estes efeitos foram compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 3.401 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o valor de

Comentário do Desempenho

R\$ 95 milhões referentes a ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Dentre às liquidações realizadas, destacam-se os empréstimos com o BNP Paribas e Scotiabank no valor de R\$ 1.350 milhões e R\$ 509 milhões, respectivamente; a liquidação da 1ª série da 24ª emissão de debêntures no total de R\$ 350 milhões, realizadas no primeiro semestre de 2025; e as liquidações realizadas em setembro de 2025 no valor de R\$ 400 milhões com o Scotiabank e de R\$ 52 milhões com Banco Europeu de Investimentos – BEI.

A Companhia encerrou 3T25 com o custo médio da dívida em 15,20% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 100 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem acesso direto a linha de crédito compartilhada, contratada pela Enel Brasil com banco de primeira linha, no valor máximo de R\$ 400 milhões para a distribuidora. A Companhia possui ainda autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, no valor de até R\$ 4 bilhões, conforme Despachos de Nº 3.037/2018 e Nº 1.916/2024.

Do total de dívida no passivo circulante, parte refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 492 milhões, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário, de acordo com as anuências da Aneel.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International N.V. (EFI), pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências da Aneel. Em 30 de setembro de 2025, o saldo de empréstimos com a EFI registrado no passivo circulante é de R\$ 516 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 3T25, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de setembro de 2025. Segue abaixo o cálculo do covenant financeiro exigido nas emissões de debêntures e empréstimos bancários:

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

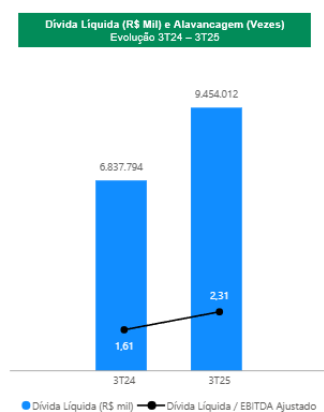
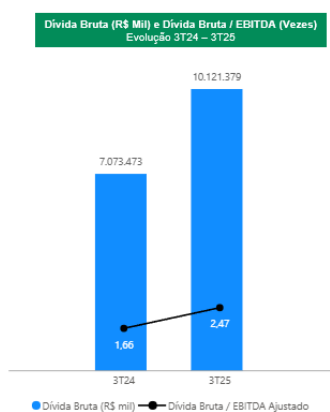
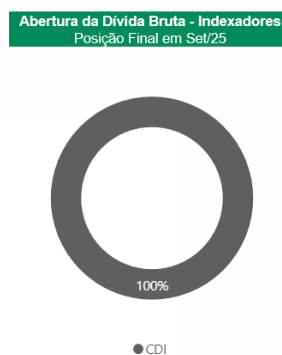
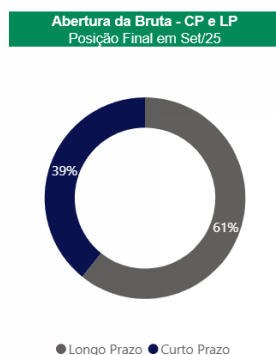
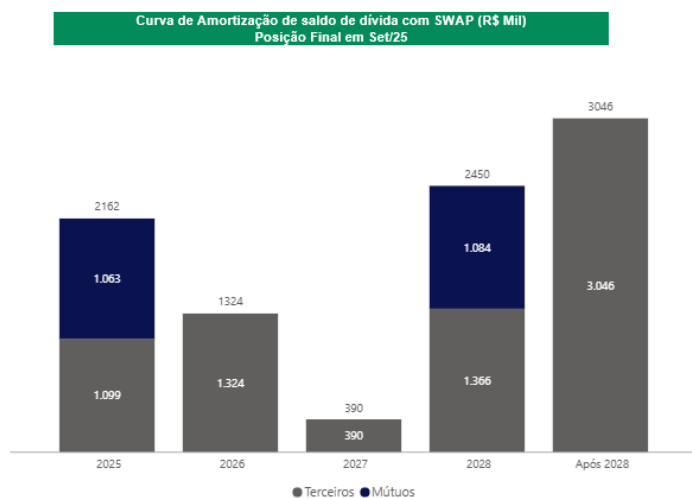
	3T25
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	10.121.379
Fundo de Pensão	2.727.508
(-) Disponibilidades	(667.367)
Dívida Líquida	12.181.520
EBITDA (1) (12 meses)	4.092.606
(+)PDD	553.329
(+)Contingências	117.340
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	7.393
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	30.874
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª, 27ª e 28ª Emissão	4.801.542

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª, 27ª e 28ª Debênture, SCOTIA	2,54
---	-------------

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)³



³ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

⁴ Não considera previdência.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 22 de agosto de 2025, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Em 22 de julho de 2025 a Moody's Brasil afirmou o Rating de Emissor e das debêntures da Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A. em AAA.br, com perspectiva estável.

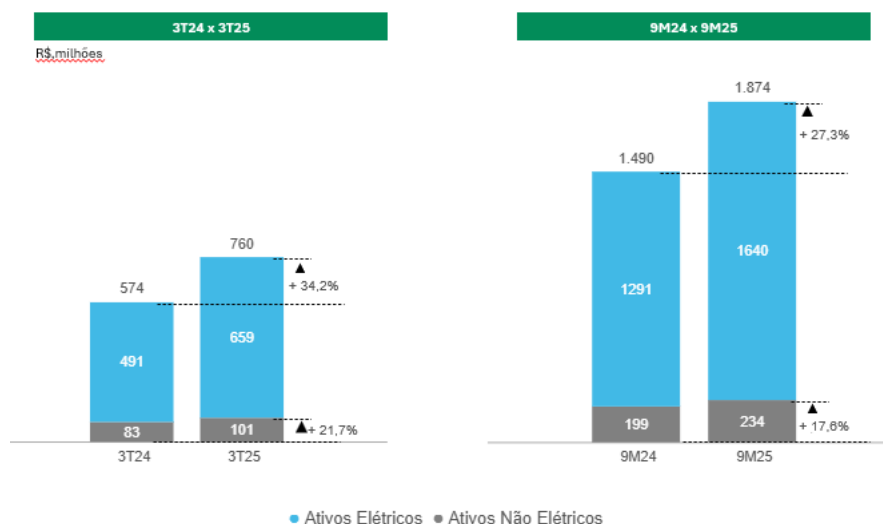
Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Manutenção	217.749	116.794	86,4%	150.243	44,9%	506.582	356.700	42,0%
Crescimento	368.654	328.538	12,2%	314.757	17,1%	904.571	763.754	18,4%
Novas Conexões	135.491	102.212	32,6%	132.282	2,4%	381.981	285.949	33,6%
Financiado pela Companhia	721.895	547.544	31,8%	597.281	20,9%	1.793.135	1.406.403	27,5%
Financiado pelo Cliente	37.921	26.916	40,9%	32.133	18,0%	80.558	83.203	-3,2%
Total	759.816	574.460	32,3%	629.414	20,7%	1.873.692	1.489.605	25,8%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Ativos Elétricos e Não Elétricos



Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 3T25 o total de R\$ 759,8 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 217,7 milhões, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 368,7 milhões.

No acumulado do ano, os investimentos totalizaram R\$ 1,9 bilhão, representando um crescimento de 25,8% em relação ao 9M24.

Os números crescentes corroboram com o compromisso de investimentos firmado pela Companhia.

Plano de Investimentos

Em novembro de 2024, a Enel São Paulo apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que estão em implementação, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes. Dentre as iniciativas apresentadas pela distribuidora, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações apresentadas pela companhia:

- Aumento de pessoal próprio: contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- Investimento em infraestrutura: ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- Novos protocolos de atuação em caso de contingência: ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- Podas de árvores: proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;
- A companhia reiterou seu compromisso de participação no Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE), que passa a integrar de forma permanente para auxiliar as autoridades no atendimento às ocorrências no município.
- Enel e prefeitura sugeriram a criação de uma força-tarefa conjunta e um canal de comunicação para priorizar o atendimento das necessidades estratégicas do município. Com um grupo de trabalho integrado com a prefeitura, a distribuidora vai acompanhar de perto as demandas da administração pública.

6 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e valores como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores cruciais no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2025-2027 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Grupos de Interesse, Natureza, Direitos Humanos e Aceleradores de Crescimento.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – *Assessment Ambiental*, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS - *Extra-checking on site* que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do terceiro trimestre de 2025, a Enel Distribuição São Paulo acumulou o investimento de R\$ 24 milhões e beneficiou 91.427 pessoas, por meio de 121 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos algumas ações de eficiência energética:

Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética - Workshop

Em 29 de julho foi realizado o Workshop da Chamada Pública de Projetos (CPP) de Eficiência Energética 2025, que disponibilizará R\$ 60 milhões para viabilização de iniciativas que promovem o uso eficiente da energia. O evento teve por objetivo apresentar os detalhes do edital, os pontos-chaves, o valor disponibilizado para as tipologias de projeto, bem como esclarecer dúvidas dos participantes, que tiveram até 22 de agosto para submeter suas propostas.

Projeto de eficiência energética na AME Carapicuíba – ODS 7

Em julho foi realizado um evento de entrega do projeto de Eficiência Energética desenvolvido na AME Carapicuíba, com investimento de R\$ 450 mil do Programa de Eficiência Energética da Aneel. O projeto contou com a substituição de 227 lâmpadas antigas por lâmpadas em LED e a implantação de uma usina fotovoltaica de 69 KWp. O projeto vai gerar uma economia anual estimada em R\$ 65 mil à unidade de saúde – aproximadamente 139 MWh por ano, suficiente para abastecer anualmente cerca de 68 residências.

Início dos projetos de eficiência energética aprovados na Chamada Pública 2023 – ODS 7

Em agosto, tiveram início quatro importantes projetos de eficiência energética em instituições de referência do Estado de São Paulo. Com investimento total de R\$ 10.066.695,46 e economia estimada de 4.120 MWh/ano — o equivalente ao consumo médio anual de 16.480 residências — as iniciativas reforçam o compromisso da Enel com a redução do consumo de energia e o uso racional dos recursos, contribuindo para um futuro mais sustentável. São eles:

Projeto	Ações de eficiência energética	Investimento (R\$)
Hospital Estadual Mario Covas de Santo André	Iluminação, Condicionamento Ambiental, Fontes Incentivadas, Outros	2.817.701,31
Soc. Agostiniana de Educ. e Assist. - Colégio Agostiniano Mendel	Iluminação, Fontes Incentivadas	3.213.962,48
Hospital Santa Marcelina	Iluminação, Condicionamento Ambiental, Fontes Incentivadas	2.995.398,02
CIA Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) SP	Iluminação, Condicionamento Ambiental, Fontes Incentivadas	1.039.633,65

Outros projetos foram encerrados no terceiro trimestre do ano, com destaque para:

- **Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)** – Substituição de 17.418 lâmpadas fluorescentes por LED e 44 aparelhos de ar-condicionado por modelos inverter, resultando em economia de 1.449 MWh/ano e benefício financeiro anual de R\$ 555 mil.

- **Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)** – Com investimento de R\$ 3,8 milhões do PEE da Aneel, foram modernizadas quatro unidades da instituição com a troca de 1.600 lâmpadas LED, 12 aparelhos de ar-condicionado, dois *chillers* e três microusinas solares (552 painéis), totalizando economia de 1.080 MWh/ano e ampliação do uso de energia renovável.
- **Ministério Público de São Paulo (MP SP)** – Troca de 6,5 mil lâmpadas por LED e substituição de um *chiller*, gerando economia de 990 MWh/ano e redução de custo anual estimada em R\$ 679 mil. O total de investimento pelo PEE da Aneel nesse projeto foi de R\$ 3,45 milhões.

ONEE - Olimpíada Nacional de Eficiência Energética – ODS 7

A Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), promovida pela ANEEL e coordenada pela ABRADÉE, busca conscientizar estudantes e educadores sobre o uso eficiente da energia. Para incentivar a participação em sua área de concessão, a Enel São Paulo realizou 15 Blitz de Eficiência Energética em escolas públicas e privadas. O período de inscrições, encerrado em 5 de outubro, registrou a participação de 14.234 alunos e 740 educadores de 322 escolas, em 21 municípios, na área de concessão da Enel São Paulo. A próxima fase ocorrerá em formato *online*, com desafios e premiações que incluem medalhas, *notebooks*, viagem à Brasília e vales-presente.

Indicadores ASG - Enel São Paulo

Indicadores

	3T25	3T24
Força de trabalho	20.185	17.526
Colaboradores próprios (unit)	4.664	4.066
Colaboradores terceirizados (unit)	15.521	13.460
% de mulheres na Empresa	13,9%	14,8%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	31,3%	29,5%
Taxa de Rotatividade (2)	3,1%	5,9%
Número de membros no conselho (unit)	7	8
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	28,6%	25,0%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	91.427	279.581
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	98%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	99%	100%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	8	4
Realização de ECoS Ambiental (5)	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) O número do 3T24 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no final do ano passado ;(4) Meta 2025: 11 ; (5) Meta 2025: 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 1º de julho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2025, Resolução Homologatória nº 3.477/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 5,97% composto por reajuste econômico de 8,32% e componente financeiro de -2,35%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, 7,97%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 13,94%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	+6,44%
Energia Comprada	+1,38%
Encargos de Transmissão	-0,52%
Parcela A	+7,31%
Parcela B	+1,02%
Reajuste Econômico	
CVA Total	+0,78%
Outros Itens Financeiros	-3,13%
Reajuste Financeiro	
Índice de Reajuste Total	+5,97%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+7,97%
Efeito para o consumidor	
	+13,94%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +10,34%, representando +7,31% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 6.518 milhões. Um aumento de +27,81%, representando +6,44% no reajuste econômico em função principalmente do encargo CDE Uso e GD;
- Energia Comprada: R\$ 8.287 milhões. Aumento de +3,81% decorrem principalmente da elevação do montante contratual dos CCEAR por quantidade. O custo de compra de energia representa +1,38% no reajuste econômico, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.358 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -4,61%, correspondendo a um efeito de -0,52% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +3,47%, representando uma participação de +1,02% no reajuste econômico. Ademais, foi homologado o Fator X de 2,61%, composto por:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,01%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,11%; e componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,49%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 525.035, dentre os quais destacam-se: negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 624.013; negativo de PIS/COFINS de R\$ 235.888; e R\$ 218.369 negativos de reversão da cobertura excedente da Conta Escassez Hídrica; sendo estes valores parcialmente compensados por meio de R\$ 174.595 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); e do componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 660.724.

O reajuste tarifário médio de +13,94% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+15,77%
Baixa Tensão	+13,47%
Efeito Médio	+13,94%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluentes estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica. Este mesmo cenário permaneceu em julho de 2025, o que acarretou na manutenção do acionamento da bandeira tarifária em vermelha patamar 1. Porém em agosto e em setembro de 2025 o cenário de escassez se agravou, sendo necessário o acionamento do patamar 2 da bandeira vermelha.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54			

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

ANEXO 1

	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Receita Operacional Bruta	9.508.662	8.253.053	15,2%	25.466.684	23.304.909	9,3%
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	6.575.581	5.556.034	18,4%	17.653.323	16.897.070	4,5%
CVA	777.114	906.010	-14,2%	1.898.390	1.422.529	33,5%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	892.041	775.185	15,1%	2.631.555	2.366.958	11,2%
Receita de Construção	814.285	632.627	28,7%	1.873.905	1.410.236	32,9%
Outras Receitas	449.641	383.197	17,3%	1.409.511	1.208.116	16,7%
Deduções da Receita Operacional	(3.650.561)	(2.841.755)	28,5%	(9.177.027)	(8.349.175)	9,9%
Receita Operacional Líquida	5.858.101	5.411.298	8,3%	16.289.657	14.955.734	8,9%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.193.412)	(3.103.704)	2,9%	(9.104.752)	(8.568.350)	6,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.445.461)	(2.338.475)	4,6%	(6.938.862)	(6.162.040)	12,6%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(747.951)	(765.229)	-2,3%	(2.165.890)	(2.406.310)	-10,0%
Custo/Despesa Operacional	(1.896.147)	(1.518.186)	24,9%	(5.089.582)	(3.884.206)	31,0%
Pessoal	(188.520)	(154.380)	22,1%	(569.385)	(436.510)	30,4%
Material e Serviços de terceiros	(358.662)	(316.577)	13,3%	(1.030.952)	(882.556)	16,8%
Depreciação e amortização	(328.591)	(257.029)	27,8%	(955.868)	(736.260)	29,8%
Provisões	(92.142)	(79.141)	16,4%	(319.508)	(236.477)	35,1%
Custo de construção	(814.285)	(632.628)	28,7%	(1.873.905)	(1.410.236)	32,9%
Provisão para ativo financeiro setorial	-	-	-	(112.552)	-	-
Outros	(85.676)	(41.905)	>100,0%	(155.048)	(114.261)	35,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(28.271)	(36.526)	-22,6%	(72.364)	(67.906)	6,6%
EBITDA	1.097.133	1.046.437	4,8%	3.051.191	3.239.438	-5,8%
EBIT	768.542	789.408	-2,6%	2.095.323	2.503.178	-16,3%
Resultado Financeiro	(413.488)	(303.991)	36,0%	(1.250.194)	(1.244.911)	0,4%
Receita Financeira	225.130	121.670	85,0%	676.835	540.213	25,3%
Despesa Financeira	(638.878)	(424.968)	50,3%	(1.926.593)	(1.781.615)	8,1%
Variações Cambiais	260	(693)	<-100,0%	(436)	(3.509)	-87,6%
Resultado antes dos impostos	355.054	485.417	-26,9%	845.129	1.258.267	-32,8%
IR/CS	(120.703)	(155.143)	-22,2%	(170.882)	(447.502)	-61,8%
Lucro/Prejuízo Líquido	234.351	330.274	-29,0%	674.247	810.766	-16,8%

Notas Explicativas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Enel Distribuição São Paulo

CNPJ: 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 30 de setembro de 2025
Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2025

Índice

Comentário de desempenho	1
Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR.....	21
Informações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	23
Demonstrações do resultado.....	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa	28
Demonstrações do valor adicionado	30
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	31

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	664.741	1.014.632
Títulos e valores mobiliários	6	2.626	6.394
Contas a receber de clientes	7	4.398.227	3.727.553
Créditos a receber - subvenção e outros	8	589.353	209.799
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	309.316	192.123
Outros tributos compensáveis	9	499.497	597.854
Despesas pagas antecipadamente		72.597	46.588
Almoxarifado		40.114	44.071
Serviços em curso		237.596	226.026
Instrumentos financeiros derivativos	28	332.002	101.101
Outros créditos		382.119	388.335
Total do ativo circulante		7.528.188	6.554.476
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	7	29.786	31.417
Ativo financeiro setorial	10	34.527	-
Outros tributos compensáveis	9	2.593.460	2.535.891
Depósitos vinculados		754.510	712.427
Tributos diferidos	26	1.599.398	1.722.573
Benefício fiscal	11	1.668.619	1.722.363
Instrumentos financeiros derivativos	28	201.616	483.963
Outros créditos		135.387	51.010
Investimento		38.736	38.454
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.403.559	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	10.515.197	9.324.702
Imobilizado	13	461.083	180.373
Intangível	12.3	3.321.029	3.549.958
Total do ativo não circulante		23.756.907	22.409.488
Total do ativo		31.285.095	28.963.964

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Passivo circulante			
Fornecedores	14	3.371.788	3.408.926
Empréstimos e financiamentos	16	2.759.519	1.995.522
Debêntures	17	1.289.123	394.619
Obrigações por arrendamentos		142.737	59.421
Outras obrigações fiscais		567.631	470.765
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	100.638	100.638
Salários, provisões e encargos sociais		145.883	121.560
Consumidores - desconto CDE	8.1	635.686	-
Encargos setoriais	15	546.732	445.746
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	207.986	805.454
Passivo financeiro setorial	10	759.441	1.049.306
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	4.790	5.892
Instrumentos financeiros derivativos	28	256.527	65.672
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	232.213	169.853
Outras obrigações		957.540	917.405
Total do passivo circulante		11.978.234	10.010.779
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	2.687.314	2.217.431
Debêntures	17	3.630.310	3.221.717
Obrigações por arrendamentos		337.040	125.208
Encargos setoriais	15	127.421	112.491
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	2.460.408	2.111.591
Passivo financeiro setorial	10	-	268.025
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	3.053.262	4.395.560
Instrumentos financeiros derivativos	28	32.204	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	730.511	756.525
Outras obrigações		161.844	115.367
Total do passivo não circulante		13.220.314	13.323.915
Patrimônio líquido	21		
Capital social		4.532.525	4.532.525
Reserva de capital		638.674	638.674
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		195.955	458.071
Lucros acumulados		719.393	-
Total do patrimônio líquido		6.086.547	5.629.270
Total do passivo		31.285.095	28.963.964

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Receita líquida	23	5.858.101	16.289.657	5.411.298	14.955.734
Custo	24	(4.779.068)	(13.328.299)	(4.365.951)	(11.655.273)
Lucro bruto		1.079.033	2.961.358	1.045.347	3.300.461
Receitas (despesas) operacionais	24				
Despesas gerais e administrativas		(172.549)	(540.979)	(113.568)	(468.965)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(164.075)	(465.407)	(114.116)	(350.577)
Outras receitas (despesas) operacionais		26.133	140.351	(28.255)	22.259
Total despesas operacionais		(310.491)	(866.035)	(255.939)	(797.283)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		768.542	2.095.323	789.408	2.503.178
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		225.130	676.835	121.670	540.213
Despesas financeiras		(638.878)	(1.926.593)	(424.968)	(1.781.614)
Variações cambiais líquidas		260	(436)	(693)	(3.509)
Total do resultado financeiro		(413.488)	(1.250.194)	(303.991)	(1.244.910)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		355.054	845.129	485.417	1.258.268
Imposto de renda e contribuição social	26				
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	117.809	984	984
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(120.703)	(288.691)	(156.127)	(448.486)
Total dos tributos sobre o lucro		(120.703)	(170.882)	(155.143)	(447.502)
Lucro líquido do período		234.351	674.247	330.274	810.766
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	22	0,7836	2,2544	1,2365	3,4962

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Lucro líquido do período		234.351	674.247	330.274	810.766
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	19	-	(329.930)	-	501.674
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	26	-	112.176	-	(170.570)
Outros resultados abrangentes					
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	28	24.302	36.275	14.027	35.104
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	26	(8.263)	(12.334)	(4.769)	(11.935)
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE		(35.086)	(35.086)	-	-
Tributos diferido sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	26	11.929	11.929	-	-
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		227.233	457.277	339.532	1.165.039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.079.525	2.267.883	547	196.766	2.040.722		-	(4.762.527)	2.822.916
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-		810.766	-	810.766
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-		(1.453.000)	1.954.674	501.674
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-		494.020	(664.590)	(170.570)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-		-	35.104	35.104
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-		-	(11.935)	(11.935)
Transações com os acionistas									
Aumento de capital	1.453.000	-	-	-	-		-	-	1.453.000
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		72.008	(72.008)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		(24.483)	24.483	-
Saldo em 30 de setembro de 2024	4.532.525	2.267.883	547	196.766	2.040.722		(100.689)	(3.496.799)	5.440.955
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.532.525	638.127	547	-	-		-	458.071	5.629.270
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-		674.247	-	674.247
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-		-	(329.930)	(329.930)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-		-	112.176	112.176
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-		-	36.275	36.275
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-		-	(12.334)	(12.334)
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	-	-	-	-	-		-	(35.086)	(35.086)
Tributos diferido sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	-	-	-	-	-		-	11.929	11.929
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		68.404	(68.404)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		(23.258)	23.258	-
Saldo em 30 de setembro de 2025	4.532.525	638.127	547	-	-		719.393	195.955	6.086.547

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	674.247	810.766
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	955.868	736.260
Variações monetárias	(20.896)	(54.596)
Variações cambiais da dívida	(316.009)	354.579
Marcação a mercado da dívida	113.907	(155.480)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	316.180	(354.579)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(184.394)	150.517
Atualização do ativo financeiro da concessão	(349.391)	(276.507)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	228.943	143.097
Perda de recebíveis de clientes	236.464	207.480
Atualização monetária de processos judiciais	98.424	39.006
Provisões para processos judiciais e outros riscos	88.168	(12.760)
Juros sobre obrigações de arrendamento	50.093	18.388
Juros sobre empréstimos e financiamentos	644.387	432.844
Juros sobre operações com instrumento derivativo	329.051	171.707
Benefício pós-emprego	290.071	388.617
Provisão para ativo financeiro setorial	112.552	-
Baixa de ativo financeiro	21.107	12.599
Baixa de ativo intangível	25.283	22.398
Amortização dos custos de transação	8.569	8.181
Tributos e contribuições sociais diferidos	288.691	448.486
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.126.234)	(355.334)
Ativo financeiro setorial	(34.527)	-
Créditos a receber - subvenção e outros	(414.642)	(82.454)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(75.725)	2.533
Outros tributos compensáveis	40.788	449.655
Despesas pagas antecipadamente	(26.009)	(4.641)
Almoxarifado	3.957	(6.099)
Serviços em curso	(11.570)	133.823
Outros créditos	(94.883)	(52.017)
Redução (aumento) dos passivos		
Fornecedores	(37.138)	261.670
Outras obrigações fiscais	96.866	(23.428)
Salários, provisões e encargos sociais	24.323	2.789
Consumidores - desconto CDE	635.686	-
Encargos setoriais	87.798	125.617
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(248.651)	(936.388)
Passivo financeiro setorial	(670.442)	214.706
Outras obrigações	86.612	191.892
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(213.092)	(223.459)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(48.371)	(18.700)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(284.439)	(20.902)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(124.075)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(1.963.401)	(2.146.283)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(150.246)	(285.117)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobrás	-	(66.282)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(812.025)	128.509
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	-	(5)
Adições para ativo contratual	(1.969.235)	(1.573.583)
Adições para ativo intangível	(29.118)	(14.027)
Consumidores participação financeira	95.330	140.251
Aplicações/resgates em investimento de curto prazo	3.768	(1.288)
Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	6.843	23.248
Recebimento de venda de ativo imobilizado	8.590	5.587
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.883.822)	(1.419.817)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	1.453.000
Captação de empréstimos e financiamentos	3.754.542	2.152.927
Captação de debêntures	1.350.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.445.285)	(1.807.732)
Pagamento de debêntures (principal)	(350.000)	(350.000)
Custo de debêntures (custos de transação e prêmios)	(10.040)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(87.643)	(53.245)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(59.500)
Pagamento (recebimento) de instrumento financeiro derivativo (principal)	134.382	(276.414)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	2.345.956	1.059.036
Variação no caixa líquido	(349.891)	(232.272)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.014.632	460.692
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	664.741	228.420

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS VALOR ADICIONADO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
1. Receitas	25.001.277	22.954.332
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	25.466.684	23.304.909
Fornecimento de energia elétrica	15.930.942	15.599.623
Outras receitas - originadas de contratos de clientes	4.282.574	3.865.698
Outras receitas	3.379.263	2.429.352
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.873.905	1.410.236
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(465.407)	(350.577)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(12.939.987)	(11.634.166)
Materiais	(856.383)	(638.374)
Outros custos operacionais	(205.201)	(126.086)
Custo de energia comprada e transmissão	(9.962.592)	(9.389.060)
Serviço de terceiros	(1.915.811)	(1.480.646)
3. Valor adicionado bruto	12.061.290	11.320.166
4. Retenções	(997.340)	(771.737)
Depreciação e amortização	(997.340)	(771.737)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	11.063.950	10.548.429
6. Valor adicionado recebido em transferência	676.835	540.213
Receitas financeiras	676.835	540.213
7. Valor adicionado total a distribuir	11.740.785	11.088.642
8. Distribuição do valor adicionado	11.740.785	11.088.642
Empregados (Colaboradores)	552.342	449.651
Salários e encargos	329.997	288.377
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	24.091	(5.170)
Benefícios	171.163	140.418
FGTS	27.091	26.026
Tributos (Governo)	8.592.442	8.043.259
Federais	1.144.655	1.339.629
Imposto de renda e contribuição social	170.882	447.502
COFINS	702.699	657.849
PIS	152.420	142.752
INSS	87.902	64.002
Encargos sociais - outros	30.752	27.524
Estaduais	3.357.137	3.231.527
ICMS	3.343.358	3.223.895
Outros estaduais	13.779	7.632
Municipais	42.948	35.613
ISS	258	243
IPTU	42.690	35.370
Encargos setoriais	4.047.702	3.436.490
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.267.972	3.108.319
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	138.764	132.519
Encargos do consumidor - PROINFA	(9.847)	16.126
Encargos do consumidor - CCRBT	629.564	160.034
Taxa de fiscalização - ANEEL	21.249	19.492
Remuneração de capitais de terceiros	1.921.754	1.784.966
Juros	1.927.029	1.785.123
Aluguéis	(5.275)	(157)
Remuneração de capitais próprios	674.247	810.766
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(45.146)	(47.525)
Lucros retidos	719.393	858.291

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

1. Contexto operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em 15 de junho de 2028 (Nota explicativa nº 1.3).

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente, e entram em vigor a partir do dia 4 de julho de cada ano. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 04 de julho de 2025 (vide nota explicativa nº 4.1).

1.1 Eventos climáticos

No dia 3 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia, em especial a capital paulista, enfrentou tempestade severa, acompanhada por ventos de magnitude muito superior em relação às previsões dos institutos climáticos. A velocidade dos ventos, até então, foi a maior registrada pelo Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) nos últimos cinco anos. Segundo a escala de Beaufort, tratou-se de uma tempestade violenta, um grau abaixo do nível correspondente a um furacão, que atingiu a área de concessão da Companhia.

A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados pela rede. Em menos de 3 horas, diversas unidades consumidoras foram afetadas. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros foram acionados para atendimento das ocorrências. Somente na Grande São Paulo foram diversos chamados para quedas de árvores, impactando extensamente a rede de distribuição da Companhia, além da queda de postes, substituição de condutores, chaves seccionadoras, religadores e transformadores.

Plano de Melhoria

Em abril de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e da modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela Companhia são: aumento de pessoal próprio, investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência e podas de árvores.

Frente a essa situação, a Companhia vem fortalecendo de forma contínua sua infraestrutura e seus protocolos de resposta a emergências, buscando mitigar os impactos causados por eventos climáticos adversos. Reforçamos que, apesar da gravidade do evento, mantemos a nossa capacidade plena de garantir a continuidade operacional. Para isso, implementamos novas medidas com o objetivo de sustentar e aprimorar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

nossa performance operacional, inclusive melhorando indicadores como tempo médio de atendimento ao cliente.

A Companhia cumpre integralmente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. Todas as informações solicitadas pela ANEEL estão sendo prontamente fornecidas, com os devidos esclarecimentos prestados pela Companhia.

Penalidades e ações judiciais

Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 02/2024 ("AI") determinando a aplicação de multa de R\$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco de perda possível – vide nota explicativa nº 20.2.3 (a).

Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. As diversas ações, decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível - vide nota explicativa nº 20.2.1 (b).

Em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu o Termo de Intimação nº 0049/2024-SFT ("TI"), emitido pela Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT da ANEEL, relacionado ao evento climático do dia 11 de outubro de 2024, para que ela se manifestasse sobre o Relatório de Falhas e Transgressões – RFT – anexo ao TI. Em novembro de 2024, a Companhia apresentou sua manifestação ao TI e, apesar de entender que, segundo a regulação vigente, não há fundamentos para a emissão do TI, a Companhia subsidiariamente também apresentou um Plano de Recuperação para o período apontado. A execução do Plano se deu de forma exitosa, tendo sido devidamente reportada à ANEEL.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora.

Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica.

Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixaram de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. A ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

1.3 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no Decreto 12.068/2024. O processo de prorrogação da concessão da Companhia está em tramitação perante a Aneel, de acordo com a regulamentação vigente.

Em 27 de setembro de 2025, a Prefeitura de São Paulo apresentou uma ação contra a Companhia, a ANEEL e a União Federal com um pedido de medida cautelar para suspender o processo de renovação da concessão da Companhia, alegando a má qualidade dos serviços prestados e a necessidade de cumprir critérios e análises específicas para a renovação da concessão da Companhia. Em 9 de outubro de 2025, o juiz concedeu uma medida cautelar para suspender o processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Companhia (até que seja proferida uma decisão definitiva sobre o Termo de Intimação da ANEEL nº 0049/2024-SFT) e para que a ANEEL e a União avaliem os critérios e análises adicionais sobre a renovação da Companhia. A Companhia foi notificada da decisão em 13 de outubro e adotará os recursos judiciais pertinentes (vide detalhes na nota explicativa nº 20.2.1.c).

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 27 de fevereiro de 2025 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de outubro de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
Projeto de Definição de Padrões Comentário da Administração	Para ajudar a administração a identificar informações que são relevantes no contexto dos comentários da administração e evitar as deficiências na qualitativas, o IASB decidiu: (a) fornecer uma definição de informação relevante no contexto de comentários da administração; (b) enfatizar que o objetivo do comentário da administração está focado em um conjunto claramente definido de usuários primários de relatórios contábeis de propósito geral, sem considerar as necessidades de informação que são exclusivas de usuários específicos ; (c) introduzir uma ligação explícita entre o objetivo dos comentários da administração e as avaliações feitas pelos usuários ; (d) introduzir requisitos para que os comentários da administração se concentrem em questões-chave e forneçam orientação sobre a identificação dessas questões-chave, incluindo exemplos de questões-chave para cada área de conteúdo ;	31 de dezembro de 2025

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i)	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Mensuração de Instrumentos Financeiros	nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	
	Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs @ Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 1º de julho de 2025, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2025, conforme Resolução Homologatória nº 3.477/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 5,97% composto por reajuste econômico de 8,32% e componente financeiro de -2,35%. Considerando o componente financeiro do último processo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

tarifário, 7,97%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 13,94%, sendo 15,77% para alta tensão e 13,47% para baixa tensão.

Revisão tarifária

Encargos setoriais	6,44%
Custos de transmissão	-0,52%
Custos de aquisição de energia	1,38%
Parcela A	7,30%
Parcela B	1,02%
Reajuste econômico	8,32%
CVA total	0,78%
Outros itens financeiros	-3,13%
Reajuste financeiro	-2,35%
Índice de reajuste total	5,97%
Componentes financeiros do processo anterior	7,97%
Efeito para o consumidor	13,94%

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 525.035, dentre os quais destacam-se: negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 624.013; negativo de PIS/COFINS de R\$ 190.140; e R\$ 218.369 negativos de reversão da cobertura excedente da Conta Escassez Hídrica; sendo estes valores parcialmente compensados por meio de R\$ 174.595 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); e do componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 660.724.

4.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifária foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluições estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica. Este mesmo cenário permaneceu em julho de 2025, o que acarretou na manutenção do acionamento da bandeira tarifária em vermelha patamar 1. Em agosto e setembro de 2025, o cenário de escassez hídrica se agravou, sendo necessário o acionamento do patamar 2, da bandeira vermelha.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras	5.1		
CDB (Aplicações diretas)		3.353	757
Operações compromissadas		394.076	665.715
		397.429	666.472
Numerário			
Numerário disponível		82.707	176.295
Numerário em trânsito	5.2	184.605	171.865
		267.312	348.160
Total		664.741	1.014.632

5.1 Representadas por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 96,22% e 98,61% do CDI, respectivamente (98,74% e 80,06% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

5.2 Representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos não exclusivos	6.1	2.557	-
		2.557	-
Fundos de investimentos exclusivos	6.2		
Títulos públicos		18	-
CDB-DI		8	6.394
LF - Letra Financeira		43	-
		69	6.394
Total		2.626	6.394

6.1 Fundos de investimento não exclusivos, são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o *benchmark* que é a taxa CDI.

6.2 O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das 74 cotistas e apresenta 0,01% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de setembro de 2025 (0,05% em 31 de dezembro de 2024).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

7. Contas a receber de clientes

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	30.09.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	673.397	482.824	72.710	163.901	323.122	1.832.750	3.548.704	(1.851.676)	1.697.028
Industrial	42.415	13.123	957	3.541	10.676	72.620	143.332	(101.907)	41.425
Comercial	264.358	56.973	5.753	12.327	25.099	153.732	518.242	(160.068)	358.174
Rural	343	114	10	11	22	277	777	(253)	524
Poder público	56.695	9.035	1.146	2.143	4.623	10.934	84.576	(9.867)	74.709
Iluminação pública	2.897	3.882	105	127	165	8.351	15.527	(604)	14.923
Serviço público	4.407	393	2	41	43	683	5.569	(313)	5.256
Fornecimento faturado	1.044.512	566.344	80.683	182.091	363.750	2.079.347	4.316.727	(2.124.688)	2.192.039
Receita não faturada	1.722.381	-	-	-	-	-	1.722.381	(894)	1.721.487
Parcelamento de débitos	287.962	44.851	13.388	35.566	75.467	563.987	1.021.221	(539.422)	481.799
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	10.294	10.294	(77)	10.217
Serviços cobráveis	1.812	870	185	317	9	15	3.208	(311)	2.897
Encargos de uso da rede	999	-	-	-	707	113	1.819	-	1.819
Participação financeira - consumidor	10.169	7	9	1.820	831	1.321	14.157	-	14.157
Ressarcimento - leilões de energia	3.598	-	-	-	-	-	3.598	-	3.598
Total	3.071.433	612.072	94.265	219.794	440.764	2.655.077	7.093.405	(2.665.392)	4.428.013
Circulante									4.398.227
Não circulante									29.786



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	326.584	486.604	89.483	182.012	297.692	1.642.841	3.025.216	(1.638.695)	1.386.521
Industrial	38.324	17.769	856	2.966	6.852	71.765	138.532	(134.618)	3.914
Comercial	225.573	66.458	6.347	12.660	29.128	148.169	488.335	(117.851)	370.484
Rural	242	99	5	11	30	271	658	(250)	408
Poder público	51.935	16.089	3.787	3.079	5.929	8.278	89.097	(6.628)	82.469
Iluminação pública	2.429	5.424	1.023	443	976	8.249	18.544	(759)	17.785
Serviço público	30.892	1.562	11	271	128	467	33.331	(384)	32.947
Fornecimento faturado	675.979	594.005	101.512	201.442	340.735	1.880.040	3.793.713	(1.899.185)	1.894.528
Receita não faturada	1.340.712	-	-	-	-	-	1.340.712	(618)	1.340.094
Parcelamento de débitos	281.193	48.811	16.009	42.629	74.055	530.415	993.112	(527.901)	465.211
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	11.324	11.324	(121)	11.203
Serviços cobráveis	1.591	876	224	413	10	12	3.126	(408)	2.718
Encargos de uso da rede	1.644	-	-	-	-	113	1.757	-	1.757
Participação financeira - consumidor	4.087	10.081	-	156	61	1.248	15.633	-	15.633
Ressarcimento - leilões de energia	27.826	-	-	-	-	-	27.826	-	27.826
Total	2.333.032	653.773	117.745	244.640	414.861	2.423.152	6.187.203	(2.428.233)	3.758.970
Circulante									3.727.553
Não circulante									31.417

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.272.352)	(32.032)	(2.304.384)
Provisões	(357.458)	2.072	(355.386)
Perda	211.786	503	212.289
Saldo em 30 de setembro de 2024	(2.418.024)	(29.457)	(2.447.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.428.233)	(33.712)	(2.461.945)
Provisões/reversões	(474.910)	6.889	(468.021)
Perda	237.751	1.327	239.078
Saldo em 30 de setembro de 2025	(2.665.392)	(25.496)	(2.690.888)

A Companhia monitora diligentemente os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus impactos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber reflete a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para maximizar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, tais como: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia em dia ; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2025	30.09.2024
Provisões	(468.021)	(355.386)
Receita com recuperação de perdas	2.614	4.809
Total	(465.407)	(350.577)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Baixa renda - subsídio CDE		79.160	55.956
Subsídio CDE - ciclo corrente	8.2	388.705	45.890
Previsão ajuste CDE - ciclo corrente		13.794	54.592
CDE a receber - diferença ciclo anterior		105.355	51.022
Bônus - redução voluntária de consumo		2.339	2.339
Total		589.353	209.799

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

8.1 Subvenção da CDE – repasse CCEE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial instituído pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de custear políticas públicas do setor elétrico, tais como subsídios tarifários para consumidores de baixa renda, descontos para irrigantes e aquicultores, entre outros. Os recursos da CDE são operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e homologados pela ANEEL nos processos anuais de reajuste tarifário das distribuidoras, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação vigente.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.477/2025, de julho de 2025, definiu o montante anual da subvenção da CDE destinado à Companhia, a ser repassado pela CCEE até o 10º dia útil do mês subsequente a cada competência. Com a publicação da referida resolução, cria-se um direito líquido e certo de recebimento pela Companhia do valor total homologado da subvenção, bem como uma obrigação presente de conceder os descontos tarifários correspondentes aos consumidores elegíveis ao desconto.

A partir de 1º de agosto de 2025, com a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.477/2025, a Companhia passou a reconhecer integralmente, na data da homologação, o valor da subvenção da CDE, mediante registro de ativo financeiro a receber da CCEE e passivo com consumidores. Até 2024, o reconhecimento ocorria mensalmente conforme os repasses. A alteração, de natureza classificatória e sem efeito no resultado, foi adotada prospectivamente conforme o CPC 23/IAS 8, visando refletir a substância econômica do ato homologatório, que gera direito de recebimento e obrigação de repasse. O valor homologado foi de R\$ 847.581, sendo o ativo reduzido pelos repasses da CCEE e o passivo realizado conforme os descontos aplicados aos consumidores. Em 30 de setembro de 2025, o passivo registrado em “Consumidores – desconto CDE” totalizava R\$ 635.686.

	Nota	Passivo consumidores - desconto CDE
Valor homologado ANEEL		847.581
Descontos aplicados aos consumidores	8.1.1	(211.895)
Total		635.686

8.1.1 Os descontos tarifários aplicados ocorrem de forma proporcional aos meses de concessão efetiva aos consumidores, a partir de julho de 2025 – data da homologação dos valores anuais.

8.2 Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE

Em setembro de 2025, a Companhia realizou operação de cessão de direitos creditórios sem direito de regresso, de parte dos créditos homologados da CDE junto a instituição financeira, com o objetivo de antecipar fluxos de caixa futuros.

A operação, estruturada sem direito de regresso ou coobrigação, transfere integralmente os riscos e benefícios associados aos créditos, atendendo aos critérios de desreconhecimento previstos no CPC 48. Consequentemente, os recebíveis cedidos foram baixados integralmente do ativo, e o valor do deságio foi reconhecido como despesa financeira.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, o montante total de recebíveis CDE cedidos foram de R\$ 282.526, sendo o deságio financeiro (custo da operação) de R\$ 9.807. Dessa forma, o ingresso líquido no caixa da Companhia foi de R\$ 272.720.

Ainda dentro do escopo do CPC 48, a Companhia reconheceu o ativo integralmente homologado a valor justo, com o montante de R\$ 35.086, em contrapartida de outros resultados abrangentes, sendo o objetivo da Companhia manter o ativo financeiro dentro de um modelo de negócio cuja intenção é tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a cessão do mesmo.

A operação não altera a base regulatória, nem os valores futuros de subvenção a serem repassados pela CCEE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A movimentação do ativo financeiro, é como segue:

	Nota	Ativo Financeiro - CCEE
Valor homologado ANEEL		847.581
CCEE - repasses mensais		(141.263)
Cessão de recebíveis – antecipação		(272.720)
Cessão de recebíveis - deságio financeiro		(9.807)
Valor justo - outros resultados abrangentes	21.3	(35.086)
Total		388.705

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 30 de setembro de 2025, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>			
Imposto de renda	9.1	131.785	52.662
Contribuição social		52.522	25.068
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		125.009	114.393
Total		309.316	192.123

- 9.1** No saldo de 30 de setembro de 2025, está sendo contemplado o montante de R\$ 117.809 referente saldo negativo relacionado a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023. O referido montante está relacionado à exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 20, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de débitos tributários (Tema 962). Quanto ao tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL, relacionados ao mesmo tema, a Companhia segue discutindo judicialmente, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.3. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 37.240 referente à atualização financeira, dos impostos a compensar.

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

		30.09.2025		31.12.2024	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		126.156	217.591	179.702	99.527
PIS e COFINS		58.160	-	51.556	-
PIS e COFINS (ICMS)	9.2	292.374	2.375.869	292.374	2.436.364
INSS		137	-	137	-
ICMS - Compra de créditos		22.670	-	74.085	-
Total		499.497	2.593.460	597.854	2.535.891

- 9.2** A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 18).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	(-) Provisão	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.09.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA													
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	10.2	(9.158)	50.713	(5.355)	-	-	-	4.784	40.984	40.140	844	40.350	634
Transporte de energia pela rede básica	10.3	39.889	7.791	(40.755)	-	-	-	3.108	10.033	(28.383)	38.416	(18.778)	28.811
Transporte de energia - Itaipu	10.4	50.631	(23.397)	(47.400)	-	-	-	3.611	(16.555)	(10.367)	(6.188)	(16.555)	-
Energia Itaipu - custo/variação cambial		14.529	(23.042)	-	-	-	-	364	(10.162)	-	(10.162)	(2.540)	(7.622)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	10.5	131.220	12.165	(83.390)	-	-	(59.340)	15.705	16.360	25.785	(9.425)	23.429	(7.069)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.6	(119.295)	258.706	(39.441)	-	-	-	6.231	106.201	(31.823)	138.024	2.681	103.520
Custos de aquisição de energia	10.1	(10.637)	626.503	290.368	-	-	(351.690)	(9.682)	546.875	108.519	438.356	215.410	331.465
		97.179	909.439	74.027	-	-	(411.030)	24.121	693.736	103.871	589.865	243.997	449.739
Demais passivos financeiros setoriais													
Neutralidade da parcela A		(62.988)	27.136	111.742	-	-	-	(370)	80.188	(823)	81.011	19.431	60.757
Sobrecontratação de energia	10.7/10.7.1	89.610	31.263	31.701	(112.552)	-	(81.020)	(1.027)	(42.025)	20.882	(62.907)	5.155	(47.180)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - SC RTP		(407.872)	(61.179)	64.819	-	-	-	(23.429)	(427.661)	(151.245)	(276.416)	(86.426)	(341.235)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(153.882)	(159.029)	-	-	-	-	-	(312.911)	-	(312.911)	(312.911)	-
Risco hidrológico		(718.855)	(453.171)	578.338	-	-	-	(29.193)	(622.881)	(468.009)	(154.872)	(506.728)	(116.153)
Outros	10.8	(160.523)	(154.602)	242.797	-	(20.374)	-	4.010	(93.360)	(193.418)	100.058	(121.959)	28.599
		(1.414.510)	(769.582)	1.029.397	(112.552)	(20.374)	(81.020)	(50.009)	(1.418.650)	(792.613)	(626.037)	(1.003.438)	(415.212)
Total		(1.317.331)	139.857	1.103.424	(112.552)	(20.374)	(492.050)	(25.888)	(724.914)	(688.742)	(36.172)	(759.441)	34.527

10.1 – Custo de Aquisição de Energia: O aumento na constituição do ativo de aquisição de energia está relacionado, principalmente, ao acréscimo da carga contratada de energia térmica e ao aumento significativo do risco hidrológico. Este cenário decorre da deterioração das condições hidrológicas no período, refletido na elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio de R\$ 96,86 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 para R\$ 212,12 no mesmo período de 2025. Adicionalmente, houve aumento no preço médio dos contratos de energia térmica, que passou de R\$ 236,82 para R\$ 237,18 no comparativo entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2025 – (valor das tarifas em reais).

10.2 – PROINFA: A CVA passou de passiva para ativa, com variação negativa de R\$ 66.808, variando de R\$ 16.095 para R\$ 50.713 negativo. O custo aumentou R\$ 74.860 (de R\$ 330.059 para R\$ 404.919), enquanto a cobertura tarifária cresceu apenas R\$ 8.052 (de R\$ 346.155 para R\$ 354.208).

10.3 – Transporte de energia pela rede básica: A CVA ativa foi reduzida em R\$ 17.474, variando de R\$ 25.266 para R\$ 7.792. O custo teve queda de R\$ 13.194 (de R\$ 1.695.002 para R\$ 1.681.808), enquanto a cobertura tarifária aumentou R\$ 45.642 (de R\$ 1.572.741 para R\$ 1.618.383).



Enel Distribuição São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.4 - Transporte de energia - ITAIPU: A CVA tornou-se passiva, com variação negativa de R\$ 63.281, variando de R\$ 39.984 negativo para R\$ 23.397. O custo reduziu R\$ 33.189 (de R\$ 207.707 para R\$ 174.518), enquanto a cobertura tarifária aumentou R\$ 30.292 (de R\$ 167.623 para R\$ 197.915).

10.5 – Encargo do serviço do sistema: A CVA apresentou uma redução de R\$ 185.320, variando de R\$ 197.485 para R\$ 12.165, caracterizando uma diminuição da CVA ativa. Essa variação decorre da queda significativa no custo do componente (R\$ 215.532), que reduziu R\$ 215.533, enquanto a cobertura tarifária teve redução de R\$ 4.223.

10.6 – Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: Houve aumento da CVA ativa em R\$ 129.370, com a CVA variando de R\$ 129.335 para R\$ 258.705. O custo do componente subiu R\$ 159.652 (de R\$ 3.108.319 para R\$ 3.267.972), enquanto a cobertura tarifária aumentou R\$ 112.849 (de R\$ 2.978.983 para R\$ 3.091.833), não sendo suficiente para compensar o acréscimo de custo.

10.7 – Sobrecontratação: A redução da CVA passiva de sobrecontratação está relacionada à variação entre os preços do mercado de curto prazo (PLD) e os valores de cobertura tarifária homologada. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, o PLD médio foi de R\$ 96,86/MWh, significativamente inferior à cobertura tarifária de R\$ 236,90/MWh. Já no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, observou-se aumento expressivo do PLD para R\$ 212,12/MWh, aproximando-se da cobertura tarifária, que recuou levemente para R\$ 235,17/MWh. Essa dinâmica contribuiu para a redução da CVA passiva no período.

10.7.1 – A Companhia constituiu provisão de R\$ 112.552, referente ao ativo financeiro relacionado a exposição involuntária, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.3 (c2).

10.8 – Outros: conforme Despacho nº 1.536, de 23 de maio de 2025 a ANEEL homologou os valores de CDE Eletrobrás a serem repassados às distribuidoras na qual foi recebido o montante de R\$ 20.374 na competência de maio de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo no mesmo período do exercício anterior, estão demonstradas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.09.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	(24.169)	(16.096)	29.197	-	-	(1.831)	(12.899)	(12.637)	(262)	(12.703)	(196)
Transporte de energia pela rede básica	171.685	25.266	(131.997)	-	-	10.476	75.430	72.667	2.763	73.358	2.072
Transporte de energia - Itaipu	76.129	39.885	(38.372)	-	-	8.029	85.671	77.594	8.077	79.612	6.059
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(44.169)	31.676	-	-	-	1.128	(11.365)	-	(11.365)	(2.840)	(8.525)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	544	170.397	91.178	-	(55.689)	7.869	214.299	112.625	101.674	138.044	76.255
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.216)	129.336	(20.307)	-	-	6.099	96.912	70.332	26.580	76.972	19.940
Custos de aquisição de energia	(641.341)	(174.749)	428.056	-	(75.549)	(59.210)	(522.793)	(494.148)	(28.645)	(522.603)	(190)
	(479.537)	205.715	357.755	-	(131.238)	(27.440)	(74.745)	(173.567)	98.822	(170.160)	95.415
Demais passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A	(57.984)	(127.391)	86.278	-	-	(9.059)	(108.156)	(167.202)	59.046	(152.441)	44.285
Sobrecontratação de energia	264.593	(125.670)	(64.333)	-	(10.982)	(1.715)	61.893	(57.992)	119.885	(28.020)	89.913
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(387.114)	(71.501)	64.819	-	-	(10.147)	(403.943)	(237.671)	(166.272)	(86.425)	(317.518)
Risco hidrológico	(748.535)	(554.909)	557.088	-	-	(30.743)	(777.099)	(633.502)	(143.597)	(669.402)	(107.697)
Outros	33.544	(93.621)	9.821	(127.889)	(255)	(109.289)	(287.689)	(179.858)	(107.831)	(257.425)	(30.264)
	(895.496)	(973.092)	653.673	(127.889)	(11.237)	(160.953)	(1.514.994)	(1.276.225)	(238.769)	(1.193.713)	(321.281)
Total	(1.375.033)	(767.377)	1.011.428	(127.889)	(142.475)	(188.393)	(1.589.739)	(1.449.792)	(139.947)	(1.363.873)	(225.866)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

11. Benefício fiscal

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.09.2025	31.12.2024
Ágio da incorporação	2.425.284	2.460.763
Amortização acumulada	(213.071)	(194.806)
Provisão sobre o ágio	(543.594)	(543.594)
Total	1.668.619	1.722.363

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A movimentação do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

			30.09.2025	31.12.2024
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(392.281)	258.902	(133.379)	(121.946)
	123.289	(81.373)	41.916	53.349
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(234.392)	154.700	(79.692)	(72.862)
	73.666	(48.619)	25.047	31.877
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(812.342)	532.439	(279.903)	(244.422)
	5.337.975	(3.736.319)	1.601.656	1.637.137
Total	5.534.930	(3.866.311)	1.668.619	1.722.363

12. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente - (nota explicativa 1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.403.559	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	10.515.197	9.324.702
Intangível	12.3	3.321.029	3.549.958
Total		16.239.785	14.931.017

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 0,97% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 (1,05% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A composição do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	30.09.2025	31.12.2024
Em curso				
Direito de uso da concessão	2.457.989	(54.430)	2.403.559	2.056.357
Total	2.457.989	(54.430)	2.403.559	2.056.357

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.379.455	(26.904)	1.352.551
Adições		1.544.409	(140.251)	1.404.158
Capitalização de juros de empréstimos		6.072	-	6.072
Transferências para o ativo intangível	12.3	(490.740)	21.810	(468.930)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(485.379)	113.600	(371.779)
Saldo em 30 de setembro de 2024		1.953.817	(31.745)	1.922.072
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.108.389	(52.032)	2.056.357
Adições		1.953.196	(95.330)	1.857.866
Capitalização de juros de empréstimos		16.039	-	16.039
Transferências para o ativo intangível	12.3	(676.024)	11.814	(664.210)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(943.611)	81.118	(862.493)
Saldo em 30 de setembro de 2025		2.457.989	(54.430)	2.403.559

12.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), estabelecido e homologado pelo órgão regulador (“ANEEL”) no processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 30 de setembro de 2025, a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	30.09.2025	30.09.2024
Saldo inicial		9.324.702	8.317.479
Baixas		(21.389)	(13.262)
Transferências do ativo contratual	12.1	862.493	371.779
Atualização financeira	23	349.391	276.507
Saldo final		10.515.197	8.952.503

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

			Em serviço	30.09.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	11.076.436	(6.736.388)	(1.146.936)	3.193.112	3.417.203
Software	587.756	(476.479)	-	111.277	115.173
Bens de renda	20.094	(3.454)	-	16.640	17.582
Total	11.684.286	(7.216.321)	(1.146.936)	3.321.029	3.549.958

A movimentação do ativo intangível é como segue:

			Em serviço	
	Nota	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.589.895	(5.637.154)	(1.103.336)
Adições		14.027	(785.772)	-
Baixas		(160.962)	138.564	-
Transferências do ativo contratual	12.1	490.740	-	(21.810)
Amortizações de obrigação especial		-	65.537	-
Saldo em 30 de setembro de 2024		10.933.700	(6.218.825)	(1.125.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		11.124.402	(6.439.322)	(1.135.122)
Adições		29.118	(969.150)	-
Baixas		(145.258)	119.975	-
Transferências do ativo contratual	12.1	676.024	-	(11.814)
Amortizações de obrigação especial		-	72.176	-
Saldo em 30 de setembro de 2025		11.684.286	(7.216.321)	(1.146.936)

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Software	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

13. Imobilizado

O imobilizado da Companhia refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado.

A seguir é apresentada a movimentação:

	Nota	31.12.2024	Adições	Depreciação	30.09.2025
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos		20.094	-	-	20.094
		20.094	-	-	20.094
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(2.512)	-	(942)	(3.454)
		(2.512)	-	(942)	(3.454)
Total do imobilizado		17.582	-	(942)	16.640
Ativo de direito de uso					
Imóveis		83.121	40.323	(13.630)	109.814
Veículos	13.1	79.670	340.746	(85.787)	334.629
		162.791	381.069	(99.417)	444.443
Total		180.373	381.069	(100.359)	461.083

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

13.1 O aumento das adições do imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 decorre, principalmente, de novos contratos de arrendamento financeiro de veículos operacionais (frota), conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16. O incremento reflete o movimento estratégico de *insourcing*, mediante o qual a Companhia passou a realizar internamente parte dos serviços operacionais antes terceirizados, demandando a alocação de frota para execução de tais serviços. Os respectivos ativos foram reconhecidos no imobilizado como direito de uso e pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento.

	31.12.2023	Adições	Depreciação	30.09.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	-	-	20.094
	20.094	-	-	20.094
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(1.256)	-	(942)	(2.198)
	(1.256)	-	(942)	(2.198)
Total do imobilizado	18.838	-	(942)	17.896
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	80.038	16.545	(10.541)	86.042
Veículos	96.421	36.505	(40.019)	92.907
	176.459	53.050	(50.560)	178.949
Total	195.297	53.050	(51.502)	196.845

A taxa de depreciação que reflete a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Máquinas e equipamentos	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 30 de setembro de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Imóveis	2,83
Veículos	2,25

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 28.

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Compra de energia		1.400.369	1.249.965
Compra de energia - partes relacionadas	27	9.760	8.748
Encargo de uso da rede		255.499	303.009
		1.665.628	1.561.722
Materiais e serviços		1.033.607	1.328.095
Materiais e serviços - partes relacionadas	27	672.553	519.109
		1.706.160	1.847.204
Total		3.371.788	3.408.926

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de setembro de 2025, o montante destas operações é de R\$ 215.236 (R\$ 212.634 em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

15. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente a 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº22. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.09.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	50.015	17.624
Programa de Eficiência Energética - PEE	342.224	293.498
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	268.625	234.068
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	10.158	6.782
Ministério de Minas e Energia - MME	641	3.876
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.428	2.327
Outros	62	62
Total	674.153	558.237
Circulante	546.732	445.746
Não circulante	127.421	112.491

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado (vide nota explicativa nº 28.1.1.), utilizando a taxa efetiva de cada captação.

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante					Não circulante					30.09.2025 Total circulante + não circulante	Circulante					Não circulante					31.12.2024 Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional																							
MUR-G		150.000	6.980	-	-	156.980	-	-	-	-	156.980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
CCB-ITAÚ		300.000	11.103	-	-	311.103	-	-	-	-	311.103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		450.000	18.083	-	-	468.083	-	-	-	-	468.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Moeda nacional - partes relacionadas																							
	27																						
Mútuo ELP - Enel BR V		-	-	-	-	-	202.278	49.131	-	251.409	251.409	-	-	-	-	202.278	24.282	-	-	226.560	226.560		
Mútuo ELP - Enel BR VI		-	-	-	-	-	30.226	7.268	-	37.494	37.494	-	-	-	-	30.226	3.562	-	-	33.788	33.788		
Mútuo ELP - Enel BR VII		-	-	-	-	-	25.189	5.782	-	30.971	30.971	25.189	2.671	-	-	-	-	-	-	-	27.860		
Mútuo ELP - Enel BR VIII		-	-	-	-	-	216.631	49.235	-	265.866	265.866	216.631	22.531	-	-	-	-	-	-	-	239.162		
Mútuo ELP - Enel BR IX		-	-	-	-	-	105.797	22.978	-	128.775	128.775	105.797	10.044	-	-	-	-	-	-	-	115.841		
Mútuo ELP - Enel BR X		-	-	-	-	-	302.276	57.458	-	359.734	359.734	302.276	20.622	-	-	-	-	-	-	-	322.898		
Mútuo ELP - Enel BR XI		-	-	-	-	-	201.509	36.014	-	237.523	237.523	201.509	11.628	-	-	-	-	-	-	-	213.137		
Mútuo ELP - Enel BR XII		1.008	137	-	-	1.145	-	-	-	1.145	1.008	25	-	-	-	-	-	-	-	-	1.033		
Mútuo ELP - Enel BR XIII		201.518	27.334	-	-	228.852	-	-	-	228.852	201.518	4.859	-	-	-	-	-	-	-	-	206.377		
Mútuo ELP - Enel BR XIV		40.302	5.160	-	-	45.462	-	-	-	45.462	40.302	689	-	-	-	-	-	-	-	-	40.991		
Mútuo ELP - Enel BR XV		20.152	2.338	-	-	22.490	-	-	-	22.490	20.153	135	-	-	-	-	-	-	-	-	20.288		
Mútuo ELP - Enel BR XVI		70.791	618	-	-	71.409	-	-	-	71.409	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo ELP - Enel BR XVII		121.347	988	-	-	122.335	-	-	-	122.335	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - Apicacas Energia		14.158	120	-	-	14.278	-	-	-	14.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 03		21.237	180	-	-	21.417	-	-	-	21.417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 05		11.124	94	-	-	11.218	-	-	-	11.218	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 2		18.203	154	-	-	18.357	-	-	-	18.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 4		3.034	26	-	-	3.060	-	-	-	3.060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 13		2.023	17	-	-	2.040	-	-	-	2.040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 17		5.057	43	-	-	5.100	-	-	-	5.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 25		5.057	43	-	-	5.100	-	-	-	5.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - EGP V.S. Roque 13		13.147	112	-	-	13.259	-	-	-	13.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - Enel Soluções Energéticas		6.068	52	-	-	6.120	-	-	-	6.120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuo I ELP - Usina Eólica Pedra Pintada D		2.023	17	-	-	2.040	-	-	-	2.040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		556.249	37.433	-	-	593.682	1.083.906	227.866	-	1.311.772	1.905.454	1.114.383	73.204	-	1.187.587	232.504	27.844	-	-	260.348	1.447.935		
Moeda estrangeira																							
Scotiabank 4131 II		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244.187	672	-	-	244.859	-	-	-	-	244.859		
Scotiabank 4131 III		290.403	729	-	-	297.132	-	-	-	297.132	-	-	3.144	-	-	344.815	-	-	-	-	344.815		
Scotiabank 4131 IV		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	477.248	3.543	-	-	480.791	-	-	-	-	480.791		
European Investment Bank I	16.1.1	10.646	382	-	-	11.028	117.104	-	(17.463)	99.641	110.689	12.385	2.003	-	-	14.388	148.615	-	(15.631)	-	132.984		
European Investment Bank II	16.1.1	42.583	1.465	-	(29)	44.019	468.415	-	(74.056)	(315)	394.044	438.063	49.538	-	(29)	57.194	594.461	-	(87.732)	(337)	526.392		
European Investment Bank III	16.1.1	5.732	1.492	-	-	7.224	68.788	-	(1.349)	-	67.439	74.663	749	-	-	86.692	-	-	-	-	81.337		
European Investment Bank IV	16.1.1	22.930	5.801	-	-	28.731	275.153	-	(7.443)	-	267.710	296.441	2.953	-	-	293.393	346.769	-	(23.984)	-	325.738		
European Investment Bank V	16.1.1	-	1.962	-	-	1.962	95.612	-	3.305	-	99.117	101.079	783	-	-	783	111.461	-	(1.145)	-	110.316		
European Investment Bank VI	16.1.1	-	7.704	-	-	7.704	383.248	-	10.897	-	394.146	401.850	3.074	-	-	3.074	445.846	-	(7.392)	-	438.454		
European Investment Bank VII	16.1.1	-	300	-	-	300	42.756	-	-	-	42.756	43.056	-	-	-	-	-	-	-	-	441.528		
European Investment Bank VIII	16.1.1	-	77	-	-	77	10.689	-	-	-	10.689	10.766	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Credit Agricole 4131	16.1.1	775.406	9.428	(967)	-	783.867	-	-	-	-	783.867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		1.163.700	29.340	-	(967)	1.182.044	1.461.966	-	(86.109)	(315)	1.375.542	2.557.586	783.358	24.606	-	807.935	2.078.659	-	(121.239)	(337)	1.957.063		
Moeda estrangeira - partes relacionadas																							
	27																						
EFI - Credit Agreement III	16.1.1	499.504	16.113	93	-	515.710	-	-	-	-	515.710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		499.504	16.113	93	-	515.710	-	-	-	-	515.710	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total		2.659.453	100.969	(874)	(29)	2.759.519	2.545.872	227.866	(86.109)	(315)	2.687.314	5.446.833	1.897.741	97.810	(29)	1.995.522	2.311.163	27.844	(121.239)	(337)	2.217.431		
																					4.212.953		

16.1.1 Os contratos *European Investment Bank (BEI)*, *Credit Agricole* e *EFI – Credit Agreement III* são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.



Enel Distribuição São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias: As dívidas relacionadas aos contratos com *European Investment Bank (BEI)* contam com a garantia da Enel SpA com taxas que variam de 0,50% a 0,54% a.a.

16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
EFI - Credit Agreement III	506.800	06/01/2025	20/10/2025	4,3494%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Credit Agricole 4131	800.000	06/05/2025	28/11/2025	EUR + 2,978%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
MUFG II	150.000	10/06/2025	10/06/2026	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
CCB ITAÚ	300.000	03/07/2025	28/11/2025	CDI + 0,65%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
European Investment Bank VII	43.578	13/08/2025	13/08/2040	USD SOFR + 0,988%	Semestral a partir de agosto 2029	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
European Investment Bank VIII	10.895	13/08/2025	13/08/2040	USD SOFR + 1,116%	Semestral a partir de agosto 2029	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
Mútuo I ELP - Apiacas Energia	14.158	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 03	21.237	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 05	11.124	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 2	18.204	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 4	3.034	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 13	2.023	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 17	5.057	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 25	5.057	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Roque 13	13.147	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - Enel Soluções Energéticas	6.068	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - Usina Eólica Pedra Pintada D	2.023	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XVI	70.791	09/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XVII	121.347	10/09/2025	08/12/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 II – ELETROPAULO	209.000	17/05/2021	20/05/2025	2,31%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
Scotiabank 4131 IV	400.000	09/09/2021	09/09/2025	USD + 2,365%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Scotiabank 4131 III – ELETROPAULO	300.000	27/08/2021	27/08/2026	2,61%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
BEI 4131 ITAU 26 MUSD	134.654	01/09/2022	01/09/2037	3,76%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 ITAU 104 MUSD	538.616	01/09/2022	01/09/2037	3,61%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 14 MUSD	68.740	20/04/2023	20/04/2038	4,51%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 56 MUSD	274.960	20/04/2023	20/04/2038	4,38%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
Mútuo ELP - Enel BR V	202.278	04/01/2024	03/01/2028	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VI	30.226	10/01/2024	09/01/2028	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VII	25.189	06/02/2024	05/02/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VIII	216.631	14/02/2024	13/02/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR IX	105.797	11/03/2024	10/03/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR X	302.276	10/06/2024	09/06/2028	CDI + 1,45%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XI	201.509	10/07/2024	09/07/2028	CDI + 1,45%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XII	1.008	11/10/2024	11/10/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIII	201.518	14/10/2024	13/10/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIV	40.302	05/11/2024	05/11/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XV	20.153	10/12/2024	08/12/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BEI 4131 18 MUSD	92.070	13/05/2024	13/05/2039	5,38%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 72 MUSD	368.280	13/05/2024	13/05/2039	5,282%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA

As operações de mútuo com Enel Brasil que tinham vencimento até 30 de setembro de 2025 foram prorrogadas de acordo com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado, dentro do limite aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 3.037/2018.

(d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 V - ELETROPAULO	300.000	10/03/2025	28/03/2025	6,025%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BNP 4131 V - ELETROPAULO	1.350.000	28/02/2025	30/05/2025	3,832%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Enel Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2025	%	31.12.2024	%
Moeda nacional				
CDI	2.373.537	43,58%	1.447.935	34,37%
Moeda estrangeira				
Dólar	1.719.897	31,57%	2.765.018	65,63%
Euro	1.299.577	23,86%	-	0,00%
SOFR	53.822	0,99%	-	0,00%
Total	5.446.833	100,00%	4.212.953	100,00%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais, vide nota explicativa nº 28.1.1.

16.4 Em 30 de setembro de 2025, as parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	-	118.742	1.430.514	123.195	1.015.179	2.687.630
Custo a amortizar	(7)	(29)	(29)	(29)	(222)	(316)
Total	(7)	118.713	1.430.485	123.166	1.014.957	2.687.314

16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	30.09.2025 %
CDI	(a)	14,90%
USD	(a)	5,32
EUR	(a)	6,24
SOFR		4,24%

(a) Índice do último dia do período

16.6 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	292.494	-	825.296	1.757.085	2.874.875
Captações	851.403	232.504	608.670	460.350	2.152.927
Encargos provisionados	53.039	20.599	70.307	-	143.945
Encargos pagos	(12.382)	-	(70.054)	-	(82.436)
Variação cambial e monetária	4	-	124.798	229.781	354.583
Transferências	-	-	664.828	(664.828)	-
Pagamentos / amortizações	(294.965)	-	(1.512.767)	-	(1.807.732)
Amortização custos de transação	59	-	21	-	80
Marcação a mercado	2.554	-	-	16.212	18.766
Saldo em 30 de setembro de 2024	892.206	253.103	711.099	1.798.600	3.655.008
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.187.587	260.348	807.935	1.957.083	4.212.953
Captações	743.269	-	2.956.800	54.473	3.754.542
Encargos provisionados	49.808	132.525	109.499	-	291.832
Encargos pagos	-	-	(85.477)	-	(85.477)
Variação cambial e monetária	-	-	(64.005)	(252.005)	(316.010)
Transferências	(918.899)	918.899	419.139	(419.139)	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(2.445.285)	-	(2.445.285)
Amortização custos de transação	-	-	21	-	21
Marcação a mercado	-	-	(873)	35.130	34.257
Saldo em 30 de setembro de 2025	1.061.765	1.311.772	1.697.754	1.375.542	5.446.833

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

16.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
SCOTIABANK 4131 III	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

17.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante				Não circulante				30.09.2025 Total circulante + não circulante	Circulante				Não circulante				31.12.2024 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	4.760	(471)	354.289	-	-	-	354.289
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	1.123.118	17.141	11.270	(2.373)	1.149.156	-	-	-	1.149.156	-	4.929	-	4.929	1.085.933	(65.203)	(5.100)	1.015.630	1.020.559
Debêntures - 25ª Emissão	-	17.981	-	-	17.981	927.367	(94.234)	(15.748)	817.385	835.366	-	7.752	-	7.752	896.664	(92.578)	(17.864)	793.974
Debêntures - 26ª Emissão	-	44.738	-	-	44.738	575.000	-	(421)	574.579	619.317	-	16.656	-	16.656	575.000	-	(523)	574.477
Debêntures - 27ª Emissão	-	25.619	-	-	25.619	921.441	(37.949)	(17.971)	865.521	891.140	-	10.993	-	10.993	888.713	(23.306)	(20.019)	856.381
Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	-	51.629	-	-	51.629	975.000	-	(2.800)	972.200	1.023.829	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 28ª Emissão (2ª série)	-	-	-	-	-	376.788	19.475	(6.154)	400.625	400.625	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.123.118	157.108	11.270	(2.373)	1.289.123	3.775.596	(112.708)	(43.094)	3.630.310	4.919.433	350.000	45.090	(471)	394.619	3.446.310	(181.087)	(43.506)	3.221.717

17.1.1 Os contratos relacionados à 24ª emissão 2ª série, 25ª emissão, 27ª emissão e 28ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

17.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

(a) Debêntures obtidas durante o período findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
28ª Emissão (1ª Série) não conversível	975.000	29/05/2025	15/05/2028	CDI + 1,10%	Bullet	Semestral	975.000	Reforço de capital de giro Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
28ª Emissão (2ª Série) não conversível	375.000	29/05/2025	15/06/2029	IPCA + 8,30%	Bullet	Bullet	375.000	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

(b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e liquidados no período findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
24ª Emissão (1ª Série) não conversível	700.000	28/06/2019	15/05/2025	CDI + 0,80%	Bullet	Semestral	700.000	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica.

(c) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no período findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
24ª Emissão (2ª Série) não conversível	800.000	28/06/2019	15/05/2026	IPCA + 4,01%	Bullet	Semestral	800.000	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica.
25ª Emissão não conversível	800.000	30/04/2021	15/04/2031	IPCA + 4,26%	Bullet	Semestral	800.000	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
26ª Emissão não conversível	575.000	04/10/2021	04/10/2028	CDI + 1,64%	Bullet	Anual	575.000	Reforço de capital de giro
27ª Emissão não conversível	800.000	12/05/2022	15/04/2032	IPCA + 6,14%	Bullet	Semestral	800.000	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2025	%	31.12.2024	%
CDI	1.643.146	33,40%	945.422	26,14%
IPCA	3.276.287	66,60%	2.670.914	73,86%
Total	4.919.433	100,00%	3.616.336	100,00%

17.4 Em 30 de setembro de 2025, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Debêntures	-	287.500	1.262.500	715.871	1.407.535	3.673.406
Custo a amortizar	(2.694)	(10.775)	(9.761)	(7.774)	(12.092)	(43.096)
Total	(2.694)	276.725	1.252.739	708.097	1.395.443	3.630.310

17.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	30.09.2025 %
CDI	(a)	14,90%
IPCA	(a)	5,13%

(a) Índice do último dia do período

17.6 A movimentação das debêntures é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	398.558	3.753.738	4.152.296
Encargos provisionados	197.994	-	197.994
Encargos pagos	(141.023)	-	(141.023)
Atualização monetária	-	90.900	90.900
Transferências	342.739	(342.739)	-
Pagamentos / amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Marcação a mercado	-	(174.246)	(174.246)
Amortização custo de transação	8.160	-	8.160
Saldo em 30 de setembro de 2024	456.428	3.327.653	3.784.081
Saldo em 31 de dezembro de 2024	394.619	3.221.717	3.616.336
Captações	-	1.350.000	1.350.000
Encargos provisionados	239.633	10.516	250.149
Encargos pagos	(127.615)	-	(127.615)
Atualização monetária	37.185	65.220	102.405
Transferências	1.010.280	(1.010.280)	-
Pagamentos / amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Marcação a mercado	76.473	3.177	79.650
Constituição custo de transação	-	(10.040)	(10.040)
Amortização custo de transação	8.548	-	8.548
Saldo em 30 de setembro de 2025	1.289.123	3.630.310	4.919.433

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

17.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
24ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
25ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
26ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
27ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
28ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a Companhia teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a Companhia já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. Em abril de 2024 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do processo até o julgamento do Tema nº 1.245 pelo Supremo Tribunal Federal. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo. Em junho de 2024 foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação. A Fazenda apresentou apelação, a qual, em abril de 2025, foi negado provimento, tendo a Fazenda apresentado Agravo Interno que aguarda julgamento.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n. 14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, Portaria Normativa MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 30 de setembro de 2025, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 5.571.828 (R\$ 5.352.548 até 31 de dezembro de 2024).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2025 já contemplaram a devolução parcial de tais valores.

Até 30 de setembro de 2025, o total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 5.540.836 (R\$ 5.133.400 no em 31 de dezembro de 2024).

Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324

Em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) concluído em 14 de agosto de 2025, da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7324, foi reconhecida a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. O respectivo acórdão ainda não foi publicado.

O STF fixou que a devolução está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição do indébito à distribuidora ou da homologação definitiva da compensação por ela realizada. Quanto aos valores já devolvidos pelos consumidores, a Companhia avalia que esse tema ainda pode ser discutido no futuro já que ele não foi debatido de forma aprofundada no julgamento da ADI nº 7324.

A referida decisão está sujeita a eventuais esclarecimentos ou modulações a serem definidos na publicação do acórdão do STF e/ou em caso de recurso.

No reajuste tarifário de 2025, a ANEEL considerou o saldo remanescente de crédito de PIS e COFINS a repassar ao consumidor, referente ao primeiro processo. Dessa forma a Companhia concluirá a devolução do crédito aos consumidores, até junho de 2026. Assim, em 30 de setembro de 2025, baseada na opinião de assessores externos, a Companhia avalia que não há nenhum impacto contábil, uma vez que nenhum ativo referente a valores já devolvidos aos consumidores, foi contabilizado.

A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das movimentações judiciais relacionadas ao tema, bem como dos respectivos desdobramentos jurídicos e regulatórios, de modo a avaliar e refletir tempestivamente eventuais impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.09.2025	31.12.2024
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	292.374	292.374
Ativo não circulante	2.375.869	2.436.364
Total do ativo	2.668.243	2.728.738
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	207.986	805.454
Passivo não circulante	2.460.408	2.111.591
Total do passivo	2.668.394	2.917.045
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	158.785	339.827
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(158.785)	(339.827)
Impacto líquido	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.566.214	3.980.435
Atualização	163.309	163.309
Compensação	(769.465)	-
Devolução aos consumidores	-	(1.099.697)
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.960.058	3.044.047
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.728.738	2.917.045
Atualização	158.785	158.785
Compensação	(219.280)	-
Devolução aos consumidores	-	(407.436)
Saldo em 30 de setembro de 2025	2.668.243	2.668.394

19. Obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.09.2025	31.12.2024
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	2.934.140	4.288.837
	2.934.140	4.288.837
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	123.912	112.615
	123.912	112.615
Total	3.058.052	4.401.452
Circulante	4.790	5.892
Não circulante	3.053.262	4.395.560

19.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando as contribuições e os pagamentos de benefícios serão suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. Em 27 de dezembro de 2023 a PREVIC indeferiu o processo de retirada do patrocínio da Companhia. Em 5 de janeiro de 2024 foi interposto recurso administrativo contra a decisão de indeferimento que aguarda julgamento pela Diretoria Colegiada da PREVIC que foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Vale ressaltar que as respectivas ações não trouxeram impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2025.

19.1.1 Contratos com a Vivest

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.09.2025	31.12.2024
Classificação da dívida IIa	407.887	472.198
Classificação da dívida IIb	37.910	37.004
Contrato de ajustes de reserva matemática	2.446.908	3.609.843
	2.892.705	4.119.045
Diferenças entre premissas	41.435	169.792
Total	2.934.140	4.288.837

Em 1º de agosto de 2025, a Vivest passou a adotar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador do Plano PSAP/Eletropaulo, em substituição ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), conforme aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, oficializada em 16 de julho de 2025. Concluída essa alteração, foram iniciados pela Vivest estudos técnicos voltados à imunização da carteira de ativos do plano, com o objetivo de mitigar riscos de desequilíbrio financeiro advindos do descasamento entre as obrigações atuariais e a rentabilidade e liquidez dos investimentos. A imunização da carteira, que deverá ser iniciada após a conclusão dos estudos técnicos, deverá ter seus efeitos, parciais ou totais (a depender do avanço da execução), refletidos nas demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

19.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19, a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2025, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2025, ocasionou um aumento de R\$ 329.930 na obrigação atuarial em contrapartida com o patrimônio líquido.

19.3 Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	Nota	30.09.2025	30.09.2024
Saldo inicial		4.401.452	6.636.084
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		3.184	4.974
Juros líquidos conforme laudo atuarial	25	286.887	383.643
Pagamento de contribuições		(510.401)	(693.283)
Pagamento extraordinário de contribuições	19.3.1	(1.453.000)	(1.453.000)
Ajustes de avaliação atuarial		329.930	(501.673)
Saldo final		3.058.052	4.376.745

19.3.1 Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, a Companhia decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R\$ 1.453.000. Os pagamentos das parcelas mensais do contrato de ajuste das reservas matemáticas e de confissão de dívida, efetuados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, não foram impactados por essa amortização extraordinária, e ocorreram na data do vencimento. Importante destacar que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e 2024.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

19.4 Despesas reconhecidas no resultado dos períodos de três e nove meses:

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Capitalização para infraestrutura em construção	513	1.217	436	1.322
Outras contribuições - contribuição definida	(2.323)	(6.050)	(1.993)	(5.985)
Despesas com entidade de previdência privada	(1.810)	(4.833)	(1.557)	(4.663)
Custo do serviço corrente bruto conforme laudo atuarial - FGTS	(1.060)	(3.184)	(1.658)	(4.974)
Custo do serviço corrente líquido	(1.060)	(3.184)	(1.658)	(4.974)
Juros sobre a obrigação atuarial	(398.329)	(1.210.416)	(344.755)	(1.034.265)
Rendimento esperado dos ativos no ano	316.214	923.529	228.254	650.622
Juros líquidos sobre o passivo	(82.115)	(286.887)	(116.501)	(383.643)
Total reconhecido no resultado	(84.985)	(294.904)	(119.716)	(393.280)

20. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

20.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

							Depósitos vinculados		
	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2025	30.09.2025	31.12.2024
Trabalhistas	20.1.1	321.433	49.283	(19.398)	29.824	(73.028)	308.114	78.127	88.896
Cíveis	20.1.2	408.402	76.317	(22.387)	50.074	(70.844)	441.562	23.953	14.741
Fiscais	20.1.4	24.921	6.052	(10)	259	(4.244)	26.978	887	198
Ambientais	20.1.5	5.942	2.130	-	246	(2.130)	6.188	-	-
Regulatório	20.1.3	161.367	-	-	17.993	-	179.360	-	-
Outras provisões	20.1.6	4.313	-	(3.819)	28	-	522	-	-
Total		926.378	133.782	(45.614)	98.424	(150.246)	962.724	102.967	103.835
Circulante		169.853					232.213		
Não circulante		756.525					730.511		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

						Depósitos vinculados		
	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2024	30.09.2024	31.12.2023
Trabalhistas	318.884	56.074	(22.030)	40.952	(87.528)	306.352	88.896	98.128
Cíveis	336.443	78.130	(23.170)	32.696	(69.586)	354.513	14.741	13.827
Fiscais							-	-
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	258.936	14.613	(128.019)	(52.910)	(92.620)	-	-	-
Outros processos fiscais	13.616	10.860	(186)	525	(77)	24.738	198	808
Ambientais	5.673	968	-	185	(968)	5.858	-	-
Regulatório	193.274	-	-	17.319	(32.856)	177.737	-	-
Outras provisões/riscos	5.549	-	-	239	(1.482)	4.306	-	-
Total	1.132.375	160.645	(173.405)	39.006	(285.117)	873.504	103.835	112.763
Circulante	187.286					228.168		
Não circulante	945.089					645.336		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

20.1.1 Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia mantém provisão para 1.566 processos (1.695 em 31 de dezembro de 2024), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

20.1.2 Processos cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.



Enel Distribuição São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.1.3 Processos regulatórios

A Companhia possui 6 autos de infração no âmbito judicial (6 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a supostas não conformidades.

Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de infração	Data de recebimento	Natureza	Última decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade suspensa por liminar.	28.337	11.491
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável.	23.188	66.567
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - desfavorável em 1ª instância	4.734	40.852
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade suspensa por liminar.	21.657	8.375
nº 0015/2018	Agosto de 2018	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - desfavorável em 2ª instância	17.563	-
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento ou Atendimento DEC e FEC 2021	Exigibilidade suspensa por liminar.	83.881	65.784
Total				179.360	193.069

O montante de R\$ 193.069 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

20.1.4 Processos fiscais

- (a) **Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.
- (b) **Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica -** Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios. O valor envolvido no processo em setembro de 2025 é de R\$ 61.040. Foi realizada perícia e o laudo pericial foi em maior parte favorável à Companhia. A parte desfavorável do laudo foi no valor de R\$ 1.410, com relação ao qual a Companhia constituiu provisão, uma vez que o prognóstico de perda desta parte foi alterado para provável.

20.1.5 Processos ambientais

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- (a) **Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância para a fase de execução. A Companhia seguiu em tratativas com o Ministério Público e com o órgão ambiental municipal (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) para a implementação de um projeto ambiental de restauração ecológica nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim. Em 14 de março de 2024, a Companhia recebeu a aprovação do Ministério Público acerca do projeto ambiental como forma de cumprimento da decisão judicial de reparação pelos supostos danos ambientais. O projeto denominado “Projeto de Compensação Ambiental – ADC Guarapiranga”, descreve o compromisso de compensação ambiental em área localizada na área de proteção e recuperação ambiental do Guarapiranga, cuja execução foi iniciada em junho de 2024. A Companhia vem cumprindo as etapas do projeto e a ação judicial permanece ativa até o integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

20.1.6 Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visava a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduziria a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado. Com a conclusão do processo de digitalização, a Companhia reverteu o valor originalmente provisionado, no montante de R\$ 3.819, considerando custos médios mais eficientes em relação a projeção considerada inicialmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

20.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Trabalhistas			
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		134.637	130.694
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais		6.057	33.245
Contribuição Previdenciária – SAT		62.821	58.991
Outros processos trabalhistas		508.724	447.492
		712.239	670.422
Cíveis			
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais		Indeterminado	Indeterminado
Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC		Indeterminado	Indeterminado
Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal		Indeterminado	Indeterminado
Uso da faixa de domínio de rodovias		Indeterminado	Indeterminado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias		Indeterminado	Indeterminado
Ação de cobrança - CTEEP	20.2.1 (a)	300.941	289.872
Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático 2023	20.2.1 (b.1)	Indeterminado	Indeterminado
Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático 2024	20.2.1 (b.2)	Indeterminado	Indeterminado
Ação Civil Pública – Município de São Paulo (Renovação da Concessão)	20.2.1 (c)	Indeterminado	-
Outros processos cíveis		1.509.963	1.345.925
		1.810.904	1.635.797
Fiscais			
CSLL – base negativa		138.347	133.263
Execuções fiscais municipais – diversas		229.818	215.546
PIS – Estatuto da decadência		271.168	265.591
COFINS – Anistia Ives Gandra		178.776	175.452
COFINS – Multa de Ofício		70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	20.2.2 (f)	204.845	229.749
IRPJ e CSLL - Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão		203.047	197.238
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	20.2.2 (a)	758.925	738.768
FINSOCIAL		277.672	267.310
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)		200.093	191.860
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	20.2.2 (b)	221.740	210.310
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP		265.597	259.790
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes		2.269	2.134
Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	20.2.2 (e)	333.481	314.471
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	20.2.2 (g)	59.630	57.383
IRPJ/CSLL - Goodwill Projeto Kairós	20.2.2 (c)	978.223	916.493
Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST		5.327	4.948
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	20.2.2 (d)	440.695	-
IRPJ PAT	20.2.2 (h)	75.837	-
Outros processos fiscais		45.851	43.554
		4.962.127	4.294.646
Regulatórias			
Devolução tarifária - Base Blindada		1.367.235	1.400.937
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória		233.504	223.984
Autos de Infração - Indicadores de continuidade		135.309	129.168
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço		115.074	110.491
Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos	20.2.3 (a)	202.999	187.031
Auto de Infração nº 12/2022 - DEC e FEC		65.784	55.920
Energia livre – Despacho 2.517/2010	20.2.3 (b)	51.820	-
Revisão tarifária – benefício fiscal de juros sobre capital próprio	20.2.3 (c)	Indeterminado	Indeterminado
Outros processos regulatórios		26.156	25.617
		2.197.881	2.133.148
Total		9.683.151	8.734.013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto à atualização de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

20.2.1 Processos cíveis

(a) **Ação de cobrança CTEEP:** Em 16 de março de 2021, a Companhia ajuizou ação de cobrança contra CTEEP pelo valor histórico de R\$1.500.000, que atualmente perfaz R\$2.100.000, cuja origem é uma dívida perante Eletrobras (contraída anteriormente à privatização) e que foi objeto de acordo pela Companhia em 2018, ressalvado seu direito de cobrança perante o efetivo devedor (CTEEP). No entendimento da Companhia e de seus assessores legais e pareceristas contratados, por força da cisão da Companhia ocorrida em 1998, e previamente à sua privatização, a dívida em questão foi transferida para a Empresa Paulista de Transmissão – EPTE (antecessora da CTEEP), nos termos do protocolo de cisão de 22 de dezembro de 1997, sendo assim da CTEEP a responsabilidade pelo débito. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, cuja sentença, até o momento, foi mantida em segunda instância, em sede de recursos de apelação, fixadas as verbas de sucumbência em 13% sobre o valor atualizado da ação, o que corresponderia a R\$ 299.592 em 30 de junho de 2025. Em 11 de outubro de 2023, a Companhia apresentou embargos de declaração. Em 12 de janeiro de 2024, os embargos de declaração foram rejeitados e a decisão foi publicada em 30 de janeiro de 2024. Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia interpôs recurso especial e extraordinário. Em 17 de maio de 2024 foi proferida decisão suspendendo a tramitação dos recursos da Companhia até decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema de Repercussão Geral 1255 (possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes). Em 11 de março de 2025, o Plenário do STF considerou que a questão da repercussão geral sobre os honorários advocatícios se restringiria à fixação dos honorários devidos pelo Tesouro Público, o que não é o caso neste processo. Em 1º de abril de 2025, o Recurso Extraordinário da Companhia foi admitido e o Recurso Especial foi inadmitido. Em 29 de abril de 2025, a Companhia interpôs agravo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), reiterando nossos argumentos e a necessidade de análise do Recurso Especial. Em 26 de junho de 2025, a CTEEP apresentou contrarrazões ao agravo da Companhia. A possibilidade de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

(b) Ações indenizatórias – eventos climáticos:

(b.1) Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 30 de setembro de 2025, 445 ações individuais e 7 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública, nas quais são pleiteadas liminares para providências de atendimento da Companhia e fornecimento de informações e/ou documentos e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, em 30 de setembro de 2025, o valor total pedido nas 445 ações individuais, é de R\$ 20.554, sendo que foram R\$ 2.333 contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores de risco pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

(b.2) Em decorrência do evento climático de 11 de outubro de 2024 a Companhia foi citada em 916 ações individuais e 11 ações coletivas em 30 de setembro de 2025, nas quais os autores são promotores de justiça, representantes do município, associações, partidos políticos, o Governo Federal, o Estado de São Paulo e um cidadão, sendo pleiteadas liminares para medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia prestado pela Companhia, determinando a disponibilização de informações e/ou documentos, e solicitando intervenção no contrato de concessão. Quanto ao mérito, os autores solicitaram que as liminares fossem mantidas, que fosse determinada a condenação da Companhia ao pagamento de valores por danos morais e materiais individuais e coletivos, a serem apurados no momento processual adequado, que fosse declarada a caducidade do contrato de concessão e/ou aplicadas penalidades à Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Assim, em 30 de setembro de 2025, o total pedido nas 916 ações individuais, é de R\$ 18.446, sendo que R\$ 3.395 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, para ambos os eventos, ainda não é possível estimar os valores de risco pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

- (c) **Ação Civil Pública – Município de São Paulo (Renovação da Concessão):** Em 08 de agosto de 2025, a Prefeitura de São Paulo apresentou uma ação contra a Companhia, a ANEEL e a União Federal pleiteando – também em sede de pedido liminar - a suspensão do processo de renovação da concessão da Companhia, bem como a necessidade de observância de critérios específicos e análises adicionais para a prorrogação do contrato, sob alegação de má qualidade na prestação dos serviços. Em 9 de outubro de 2025, o juiz concedeu uma medida liminar para suspender o processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Companhia (até que seja proferida uma decisão definitiva sobre o Termo de Intimação da ANEEL nº 0049/2024-SFT) e, após, determinou que a ANEEL e a União avaliem os critérios e análises adicionais sobre a renovação da Enel SP. A Companhia foi notificada da decisão em 13 de outubro e adotará os recursos judiciais pertinentes. O valor envolvido na ação é indeterminado.

20.2.2 Processos fiscais

- (a) **PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988:** Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Em junho de 2023 foi proferida decisão favorável em um mandado de segurança que abarca duas execuções fiscais sobre o tema, no valor de R\$ 142.387, no sentido de afastar a decisão administrativa que não havia reconhecido o direito creditório e de que o tema deve ser novamente julgado na esfera administrativa. A Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual foi provido para determinar o retorno dos autos à segunda instância para um novo julgamento. A Companhia apresentou embargos de declaração que aguarda julgamento.

Em junho de 2025, houve decisões desfavoráveis para 4 execuções fiscais em segunda instância sob o entendimento de que haveria litispendência com o mandado de segurança supracitado, o que não é verdade já que as causas de pedir e os pedidos são distintos, o escopo do mandado de segurança é mais restrito, pois não permite dilação probatória, bem como ali se discute apenas parte dos débitos, que não são os mesmos de 3 das 4 execuções fiscais em questão. Assim, a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário que foram inadmitidos. A Companhia interpôs agravos que aguardam julgamento.

- (b) **Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, um processo administrativo se encerrou de forma parcialmente desfavorável e a Companhia seguirá discutindo o remanescente no judiciário.

- (c) **Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill:** A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 13 de março de 2024 foi proferida decisão no sentido de determinar que o processo retorne à 1ª instância administrativa para um novo julgamento. Em março de 2025 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a Impugnação da Companhia para reduzir o percentual da multa de ofício qualificada de 150% para 100%. Interposto recurso de ofício e a Companhia interporá recurso voluntário.

- (d) **IRPJ e CSLL saldo negativo:** A Companhia possui dois processos decorrentes da não homologação de compensações efetuadas nos anos de 2000 e 2002 com saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores (1997 a 1999). Em janeiro de 2025 foram publicadas decisões em segunda instância administrativa negando provimento aos recursos voluntários da Companhia. A Companhia foi intimada dos acórdãos desfavoráveis e apresentou embargos de declaração em outubro de 2025.
- (e) **Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos:** Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos. Em junho de 2023 um dos autos de infração, no valor de R\$ 23.041 teve decisão parcialmente favorável à Companhia, tendo sido apresentado recurso em março de 2024 quanto ao valor remanescente, ao qual, em novembro de 2024, foi negado provimento. A Companhia irá discutir o remanescente no judiciário. Em março de 2024, em um dos autos de infração foi dado parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia para cancelar parte da autuação. A Fazenda recorreu quanto ao remanescente e foi dado provimento ao recurso da Fazenda em agosto de 2025. Em outros dois autos foram negados provimento ao recurso voluntário da Companhia, tendo apresentado recurso à última instância administrativa em julho de 2025.
- (f) **Autos de infração de ICMS – estornos de débitos:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. Em setembro de 2025, um dos processos judiciais se encerrou de forma favorável, cancelando o débito no montante de R\$ 34.200.
- (g) **Débitos de IUEE -** Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e foi parcialmente acolhido o recurso para determinar que sejam liberados os valores bloqueados judicialmente. A Companhia apresentou seguro garantia, a fim de garantir o valor exigido e apresentou nova impugnação. O valor bloqueado de R\$ 41.191 foi liberado em outubro de 2022. Foi realizada perícia e o laudo pericial foi em maior parte favorável à Companhia. A parte desfavorável do laudo foi no valor de R\$ 1.410, com relação a qual a Companhia constituiu provisão, uma vez que o prognóstico de perda desta parte foi alterado para provável.
- (h) **IRPJ PAT -** Trata-se de despacho decisório, recebido no terceiro trimestre de 2025, que não homologou a compensação pleiteada pela Companhia, relativa ao período de 2006 a 2011, por não reconhecer o crédito de IRPJ pago a maior em razão de utilização de dedução com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) autorizado por ação judicial transitada em julgado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A Companhia apresentou manifestação de inconformidade que aguarda julgamento. O valor envolvido em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 75.837.

20.2.3 Processos regulatórios

- (a) **Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos:** O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE ("TN"), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração ("AI") nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar, a qual foi deferida em 26 de abril de 2024 para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Companhia no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial. Contra a decisão que concedeu o pedido liminar a ANEEL interpôs agravo de instrumento, o qual aguardamos julgamento. Em 10 de julho de 2024, a Companhia apresentou sua resposta ao agravo de instrumento da ANEEL e no mesmo dia os autos foram encaminhados ao juiz para decisão. Em 30 de setembro de 2025, o montante atualizado de R\$ 202.999 foi classificado como risco possível.
- (b) **Energia livre – Despacho 2.517/2010:** Durante o período de racionamento de energia em 2001, foi estabelecido um Acordo Geral do Setor Elétrico que permitia a recomposição tarifária das distribuidoras e limitava a responsabilidade dos geradores. A RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária) foi criada para cobrir prejuízos das distribuidoras e repassar créditos às geradoras. A Lei 10.438/2002 determinou que a arrecadação da RTE se daria até 2008. No entanto, ao final do prazo, distribuidoras e geradoras ainda possuíam créditos não arrecadados. Após o término do período de arrecadação, a ANEEL emitiu o Despacho 2.517/2010, criando obrigações para as distribuidoras, incluindo a responsabilidade pela inadimplência na arrecadação da RTE e a isonomia nas perdas entre distribuidoras e geradoras. O tema setorial levou ao judiciário algumas ações judiciais envolvendo diversas distribuidoras, dentre elas a Companhia, de forma individual e por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE. Em recente movimentação em relação ao tema foi revogada liminar que garantia a suspensão do referido despacho e a ANEEL emitiu o Despacho 992/2025, publicado em 10 de abril de 2025, que determina o repasse às geradoras dos valores estabelecidos no Despacho ANEEL 2.517/2010, trazendo risco possível para a Companhia no valor atualizado de R\$ 51.820, em 30 de setembro de 2025. Medidas administrativas e judiciais foram adotadas na tentativa de obtenção de nova decisão sobre o tema. A Aneel concedeu efeito suspensivo em maio de 2025 (Despacho Aneel 1345/2025) à medida cautelar apresentada pela ABRADEE e suspendeu a Resolução nº 992/2025 e outros atos relacionados ao fim da cobrança da RTE até decisão final e determinou que a Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado (SFF) analise o mérito do caso, juntamente com o parecer da Procuradoria Federal.
- (c) **Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal:** O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. O Ministério Público Federal apresentou recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Em 03 de abril de 2024, foi dado parcial provimento ao recurso do Ministério Público Federal, para condenar a ANEEL a considerar, nos processos de revisão da tarifa de energia elétrica, o benefício fiscal de juros sobre capital próprio.

Em abril de 2024 a Companhia apresentou embargos de declaração contra a decisão, os quais foram rejeitados em 28 de agosto de 2024. Em 19 de setembro de 2024, a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Em 15 de abril de 2025, a ANEEL apresentou recurso contra a rejeição do recurso extraordinário e do recurso especial. Em 29 de abril de 2025, a Companhia apresentou uma petição, no caso, concordando com os recursos apresentados pela ANEEL.

21.4 Ativo Contingente – Processo fiscal

- (a) **IRPJ e CSLL na repetição de indébitos tributários:** A Companhia discute judicialmente desde 2012 a não incidência de IRPJ e de CSLL sobre juros Selic na repetição de indébitos tributários e na compensação de tributos (Tema 962 do STF). Após decisões do Tribunal de 2ª instância parcialmente favoráveis, a Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário, requerendo que o acórdão do Tribunal seja declarado nulo por completo ou, subsidiariamente, seja reformado para que seja reconhecido e concedido o direito a recompor seus prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Em setembro de 2025 foi negado provimento ao Recurso Especial da Companhia e será apresentado novo recurso. Em 30 de setembro de 2025, a melhor estimativa da Companhia de valores em discussão é de aproximadamente R\$ 945.545 de tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social é de R\$ 4.532.525 em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.09.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
ENEL Brasil S.A.	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%
Total	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%

21.2 Benefício fiscal proveniente de incorporação

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 11.

	30.09.2025	31.12.2024
Reserva especial gerada por incorporações	638.127	638.127
Outras reservas de capital	547	547
Total	638.674	638.674

21.3 Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A composição desses saldos é como segue:

	30.09.2025	31.12.2024
Ajuste de avaliação patrimonial	673.355	741.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(228.941)	(252.198)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido	444.414	489.561
Outros resultados abrangentes - plano de pensão	(330.544)	(7.627.560)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)	614	44.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	112.176	2.578.325
Perda atuarial, líquido	(217.754)	(5.004.986)
Outros resultados abrangentes - derivativos	(11.434)	(47.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.886	16.220
Instrumentos financeiros, líquido	(7.548)	(31.489)
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	(35.086)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.929	-
Subsídio CDE, líquido	(23.157)	-
Realização para lucros acumulados	-	5.004.985
Total	195.955	458.071

22. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Lucro líquido do período	234.351	674.247	330.274	810.766
Número de ações	299.075.254	299.075.254	267.108.438	231.900.822
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,7836	2,2544	1,2365	3,4962



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

23. Receita líquida

23.1 Nos trimestres:

Nota	01.07.2025 a 30.09.2025			01.07.2024 a 30.09.2024		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	7.606.469	4.483.579	4.024.698	7.514.444	4.368.143	3.346.238
Industrial	24.483	269.316	245.134	24.211	363.455	267.468
Comercial	439.038	1.677.022	1.627.275	430.266	1.822.990	1.468.213
Rural	527	8.074	3.922	576	8.349	3.693
Poder público	16.094	246.713	193.652	15.424	267.904	177.019
Iluminação pública	2.484	117.162	65.108	(654)	115.300	53.001
Serviço público	1.241	33.652	28.589	1.287	57.162	40.314
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.249.120)	-	-	(2.910.057)
Total faturado	8.090.336	6.835.518	2.939.258	7.985.554	7.003.303	2.445.889
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	387.203	-	-	200.088
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.249.120	-	-	2.910.057
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	7.228	3.892.691	892.041	5.590	3.672.451	775.185
Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	502.511	8.546	-	418.429	58.383
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(24.347)	-	-	(17.059)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	8.097.564	11.230.720	7.451.821	7.991.144	11.094.183	6.372.543
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	190.509	-	-	147.832
Subvenção baixa renda	-	-	118.021	-	-	84.155
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	777.114	-	-	906.010
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	74.473	-	-	57.429
Receita de construção	-	-	814.285	-	-	632.627
Aluguel de poste	-	-	71.383	-	-	37.142
Outras receitas	-	-	10.911	-	-	15.134
Outras receitas - partes relacionadas	27	-	145	-	-	181
Total de outras receitas	-	-	2.056.841	-	-	1.880.510
Receita operacional bruta	8.097.564	11.230.720	9.508.662	7.991.144	11.094.183	8.253.053
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(50.625)	-	-	(47.662)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.288.487)	-	-	(1.005.733)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	4.825	-	-	3.268
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(470.161)	-	-	(160.545)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(7.285)	-	-	(6.982)
ICMS	-	-	(1.177.989)	-	-	(1.027.165)
COFINS	-	-	(542.936)	-	-	(490.480)
PIS	-	-	(117.814)	-	-	(106.376)
ISS	-	-	(89)	-	-	(80)
Total deduções da receita	-	-	(3.650.561)	-	-	(2.841.755)
Total	8.097.564	11.230.720	5.858.101	7.991.144	11.094.183	5.411.298

(*) Não revisado pelos auditores independentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

23.2 Nos períodos de nove meses:

Nota	01.01.2025 a 30.09.2025			01.01.2024 a 30.09.2024		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	7.606.469	13.649.172	10.362.072	7.514.444	13.439.971	9.621.868
Industrial	24.483	865.793	560.224	24.211	1.180.825	709.278
Comercial	439.038	5.472.305	4.275.253	430.266	6.093.753	4.343.129
Rural	527	24.454	10.892	576	25.464	10.502
Poder público	16.094	825.064	511.513	15.424	881.578	521.499
Iluminação pública	2.484	335.277	148.955	(654)	350.110	145.146
Serviço público	1.241	124.785	62.033	1.287	193.810	98.282
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(9.402.945)	-	-	(9.131.824)
Total faturado	8.090.336	21.296.850	6.527.997	7.985.554	22.165.511	6.317.880
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	1.722.381	-	-	1.447.366
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	9.402.945	-	-	9.131.824
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	7.228	12.105.407	2.631.555	5.590	11.100.218	2.366.958
Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	502.511	8.546	-	418.429	58.383
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(71.362)	-	-	(73.189)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	8.097.564	33.904.768	20.222.062	7.991.144	33.684.158	19.249.222
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	551.952	-	-	448.602
Subvenção baixa renda	-	-	294.181	-	-	281.713
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	1.898.390	-	-	1.422.529
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	345.500	-	-	276.507
Receita de construção	-	-	1.873.905	-	-	1.410.236
Aluguel de poste	-	-	214.616	-	-	176.846
Outras receitas	-	-	65.625	-	-	38.772
Outras receitas - partes relacionadas	27	-	453	-	-	482
Total de outras receitas	-	-	5.244.622	-	-	4.055.687
Receita operacional bruta	8.097.564	33.904.768	25.466.684	7.991.144	33.684.158	23.304.909
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(138.764)	-	-	(132.519)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(3.267.972)	-	-	(3.108.319)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	9.847	-	-	(16.126)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(629.564)	-	-	(160.034)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(21.249)	-	-	(19.492)
ICMS	-	-	(3.342.077)	-	-	(3.223.876)
COFINS	-	-	(1.468.345)	-	-	(1.387.421)
PIS	-	-	(318.645)	-	-	(301.145)
ISS	-	-	(258)	-	-	(243)
Total deduções da receita	-	-	(9.177.027)	-	-	(8.349.175)
Total	8.097.564	33.904.768	16.289.657	7.991.144	33.684.158	14.955.734

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**24.1 Nos trimestres:**

01.07.2025 a 30.09.2025					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais
Pessoal		(165.850)	(22.670)	-	-
Material		(9.677)	15.681	-	-
Serviços - terceiros		(329.503)	(33.383)	-	-
Serviços - partes relacionadas	27	-	(1.780)	-	-
Entidade de previdência privada		(1.651)	(317)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(2.418.391)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(27.070)	-	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(747.951)	-	-	-
Depreciação e amortização		(236.161)	(92.430)	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(54.492)	-
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(109.583)	-
Custo de construção		(814.285)	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(37.650)	-	-
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	25.875
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(28.529)	-	-	258
Total		(4.779.068)	(172.549)	(164.075)	26.133
					(5.089.559)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

01.07.2024 a 30.09.2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(126.635)	(27.745)	-	-	(154.380)
Material		(3.926)	(245)	-	-	(4.171)
Serviços - terceiros		(332.147)	26.090	-	-	(306.057)
Serviços - partes relacionadas	27	(626)	(5.723)	-	-	(6.349)
Entidade de previdência privada		(1.334)	(314)	-	-	(1.648)
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(2.265.745)	-	-	-	(2.265.745)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(72.730)	-	-	-	(72.730)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(765.229)	-	-	-	(765.229)
Depreciação e amortização		(188.218)	(68.811)	-	-	(257.029)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(41.710)	-	(41.710)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(72.406)	-	(72.406)
Custo de construção		(632.628)	-	-	-	(632.628)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		(611)	(36.820)	-	-	(37.431)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	32.149	32.149
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	23.578	-	-	(60.404)	(36.826)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	24.2	300	-	-	-	300
Total		(4.365.951)	(113.568)	(114.116)	(28.255)	(4.621.890)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

24.2 Nos períodos de nove meses:

01.01.2025 a 30.09.2025						
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(487.220)	(82.165)	-	-	(569.385)
Material		(47.400)	18.751	-	-	(28.649)
Serviços - terceiros		(895.847)	(101.757)	-	-	(997.604)
Serviços - partes relacionadas	27	-	(4.699)	-	-	(4.699)
Entidade de previdência privada		(4.260)	(977)	-	-	(5.237)
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(6.857.744)	-	-	-	(6.857.744)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(81.118)	-	-	-	(81.118)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(2.165.890)	-	-	-	(2.165.890)
Depreciação e amortização		(676.300)	(279.568)	-	-	(955.868)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(228.944)	-	(228.944)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(236.463)	-	(236.463)
Custo de construção		(1.873.905)	-	-	-	(1.873.905)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(90.564)	-	-	(90.564)
Provisão para ativo financeiro setorial	10.7.1	(112.552)	-	-	-	(112.552)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	86.652	86.652
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(126.063)	-	-	53.699	(72.364)
Total		(13.328.299)	(540.979)	(465.407)	140.351	(14.194.334)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

01.01.2024 a 30.09.2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(344.509)	(92.001)	-	-	(436.510)
Material		(29.220)	(853)	-	-	(30.073)
Serviços - terceiros		(759.981)	(86.153)	-	-	(846.134)
Serviços - partes relacionadas	27	(626)	(5.723)	-	-	(6.349)
Entidade de previdência privada		(4.378)	(976)	-	-	(5.354)
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(6.089.310)	-	-	-	(6.089.310)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(72.730)	-	-	-	(72.730)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(2.406.310)	-	-	-	(2.406.310)
Depreciação e amortização		(545.414)	(190.846)	-	-	(736.260)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(143.096)	-	(143.096)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(207.481)	-	(207.481)
Custo de construção		(1.410.236)	-	-	-	(1.410.236)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		(968)	(92.413)	-	-	(93.381)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	98.574	98.574
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	8.109	-	-	(76.315)	(68.206)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	24.2	300	-	-	-	300
Total		(11.655.273)	(468.965)	(350.577)	22.259	(12.452.556)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

24.1 Custo do serviço de energia elétrica

24.1.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(1.289.690)	(4.231.038)	(1.389.253)	(3.536.505)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	27	(27.070)	(81.118)	(24.276)	(72.730)
Cotas de garantia física		(234.704)	(697.041)	(260.131)	(780.622)
Risco hidrológico		(453.117)	(614.508)	(227.612)	(235.633)
Itaipu Binacional		(394.688)	(1.180.221)	(428.707)	(1.444.914)
Angra 1 e 2		(108.100)	(323.205)	(119.358)	(363.627)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		(24.797)	(24.797)	-	-
Geração Distribuída - GD	24.1.1.1	(12.550)	(15.602)	-	-
(-) Crédito de PIS e COFINS		239.052	643.435	224.150	585.925
		(2.305.664)	(6.524.095)	(2.225.187)	(5.848.106)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(139.797)	(414.767)	(113.288)	(313.934)
Total		(2.445.461)	(6.938.862)	(2.338.475)	(6.162.040)

24.1.1.1 - A Geração Distribuída – GD, permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ 15.602.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

24.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Uso da rede elétrica	(546.428)	(1.646.814)	(490.245)	(1.667.858)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER	(169.765)	(432.933)	(257.292)	(648.465)
Transporte de energia - Furnas / Itaipu	(68.063)	(174.519)	(55.526)	(207.708)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(10.806)	(34.994)	(9.069)	(27.144)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(4.770)	(16.715)	(5.355)	(14.541)
Conexão à rede básica - CTEEP	(24.338)	(74.320)	(25.122)	(75.378)
(-) Crédito de PIS e COFINS	76.219	214.405	77.380	234.784
Total	(747.951)	(2.165.890)	(765.229)	(2.406.310)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Perdas líquidas na alienação de bens e direitos	(5.139)	(35.490)	(81.488)	(84.280)
Seguros	(15.462)	(31.914)	(4.732)	(6.931)
Tributos	(19.491)	(46.567)	(15.712)	(36.880)
Tarifa bancária	(10.079)	(22.727)	(8.416)	(28.081)
Publicidade	(131)	(329)	(60)	(318)
Ganhos (perdas) na desativação de bens e direitos	(4.604)	(17.731)	65.381	63.509
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(5.917)	(20.190)	(4.202)	154
Baixa do ativo financeiro da concessão	(2.364)	(19.313)	(10.024)	(13.262)
Taxa de administração do plano - FUNCESP	(2.099)	(6.290)	(7)	(2.210)
Penalidades - devoluções de fornecedores	(5.162)	(10.256)	(3.568)	(7.416)
Capitalização de ODD (Ordem Desativação)	50.913	120.918	23.971	49.792
Outros	(8.736)	17.525	2.331	(1.983)
Total	(28.271)	(72.364)	(36.526)	(67.906)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

25. Resultado financeiro

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		12.408	41.650	10.347	33.411
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	25.1	11.141	28.471	3.614	22.881
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		15.977	25.421	(12.618)	178.902
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		52.454	199.708	(1.111)	8.495
Juros - derivativos		(2.312)	-	(11.875)	272
Juros e variações monetárias - outros		64.361	190.698	58.295	190.738
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		27.216	64.062	50.044	32.474
Atualização monetária dos depósitos judiciais		18.183	49.014	11.791	44.482
Atualização de créditos tributários	25.2	10.147	37.240	19	1.645
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		2.070	3.570	5.786	12.482
Outras receitas financeiras		19.014	53.263	11.457	27.858
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5.529)	(16.262)	(4.079)	(13.427)
		225.130	676.835	121.670	540.213
Despesas financeiras					
Encargos de dívidas - empréstimos e debêntures		(225.477)	(550.551)	(122.540)	(350.121)
Variação monetária - debêntures		(10.534)	(102.405)	(12.619)	(90.904)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(34.879)	(98.424)	52.829	(39.007)
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		(2.377)	(139.328)	(14.845)	(23.421)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		(4.375)	(15.314)	20.282	(159.012)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(150.908)	(329.051)	(55.243)	(171.979)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual		7.019	16.039	3.343	6.072
Cartas de fiança e seguros em garantia		(15.831)	(43.718)	(8.676)	(33.460)
Comissão de fiança - partes relacionadas	27	(3.103)	(8.957)	(2.537)	(10.624)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(9.927)	(28.118)	(8.491)	(10.114)
Atualização monetária - energia livre		(3.617)	(9.499)	(2.235)	(5.045)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(10.620)	(90.268)	(75.605)	(220.866)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(14.007)	(50.093)	(6.135)	(18.388)
Juros e variações monetárias - outros		(58.415)	(170.265)	(52.197)	(171.951)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós emprego	19.3	(82.115)	(286.887)	(116.501)	(383.643)
Outras despesas financeiras		(19.712)	(19.754)	(23.798)	(99.151)
		(638.878)	(1.926.593)	(424.968)	(1.781.614)
Variações cambiais líquidas					
Variações cambiais de dívidas		98.150	316.009	35.251	(354.579)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(98.308)	(316.180)	(35.277)	354.579
Outras variações cambiais		418	(265)	(667)	(3.509)
		260	(436)	(693)	(3.509)
Total		(413.488)	(1.250.194)	(303.991)	(1.244.910)

25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

25.2 Contempla o saldo de R\$ 37.240 da atualização dos créditos tributários relacionados ao tema do indébito tributário (tema 962), conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

26.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

(a) Nos trimestres:

Nota	01.07.2025 a 30.09.2025		01.07.2024 a 30.09.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	-	-	984	-
Diferidos	(88.752)	(31.951)	(114.799)	(41.328)
	(88.752)	(31.951)	(113.815)	(41.328)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	355.054	355.054	485.417	485.417
Adições:				
Gratificação a administradores	(1.988)	(1.988)	627	627
Outras despesas indedutíveis	1.035	1.035	2.350	2.350
Doações	-	-	32	32
Perdas indedutíveis no contas a receber	478	478	566	566
Perda na baixa de bens e direitos	-	-	(1.046)	(1.046)
Multas indedutíveis	251	251	(514)	(514)
Salário maternidade e paternidade	178	178	103	103
Total das adições	(46)	(46)	2.118	2.118
Base de cálculo	355.008	355.008	487.535	487.535
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(88.743)	(31.951)	(121.875)	(43.878)
Compensação de base de cálculo	(9)	-	9	-
Créditos fiscais de anos anteriores	-	-	8.051	2.550
Total	(88.752)	(31.951)	(113.815)	(41.328)
Alíquota efetiva	25,00%	9,00%	23,45%	8,51%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

(b) Nos períodos de nove meses:

Nota	01.01.2025 a 30.09.2025		01.01.2024 a 30.09.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	117.809	-	984	-
Diferidos	(212.273)	(76.418)	(329.769)	(118.717)
Total	(94.464)	(76.418)	(328.785)	(118.717)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	845.129	845.129	1.258.268	1.258.268
Adições:				
Gratificação a administradores	(1.948)	(1.948)	1.877	1.877
Outras despesas indedutíveis	2.147	2.147	2.350	2.350
Doações	706	706	574	574
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.411	1.411	82.836	82.836
Multas indedutíveis	1.223	1.223	1.259	1.259
Salário maternidade e paternidade	424	424	250	250
Total das adições	3.963	3.963	89.146	89.146
Base de cálculo	849.092	849.092	1.347.414	1.347.414
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(212.255)	(76.418)	(336.836)	(121.267)
Compensação de base de cálculo	(18)	-	-	-
Créditos fiscais de anos anteriores	26.1.1 117.809	-	8.051	2.550
Total	(94.464)	(76.418)	(328.785)	(118.717)
Alíquota efetiva	11,18%	9,04%	26,13%	9,43%

26.1.1 No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou imposto a compensar no montante de R\$ 117.809, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023, vide nota explicativa nº 9.

26.2 Imposto Diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.09.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.490.335	1.331.085	159.250	91.345	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	12.014	7.425	4.589	(1.020)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.511.959	1.190.854	321.105	314.544	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	326.253	312.622	13.631	(24.171)	-	-
Benefício pós-emprego	896.585	1.343.020	(558.611)	(584.763)	112.176	(170.570)
Provisão para materiais e serviços	89.423	176.839	(87.416)	15.903	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	19.318	24.587	(5.269)	(5.269)	-	-
Provisão para fundo de transição	4.748	5.026	(278)	2.468	-	-
Pagamento FGTS - PIA (multa 40%)	42.130	38.289	3.841	(7.108)	-	-
Valor justo - Cessão de Recebíveis de Subvenção - CDE	11.929	-	-	-	11.929	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	3.887	16.221	-	(2.574)	(12.334)	(11.935)
Outras provisões	14.652	17.731	(3.080)	(9.556)	-	-
	4.423.233	4.463.699	(152.238)	(210.201)	111.771	(182.505)
Tributos diferidos passivos:						
Ajuste de avaliação patrimonial/mais valia	(228.941)	(252.198)	23.257	24.483	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(1.038.341)	(919.548)	(118.793)	(94.013)	-	-
Swap	(151.212)	(295.605)	144.393	(157.844)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.252.026)	(1.148.791)	(103.235)	(83.943)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(96.040)	(81.941)	(14.099)	(9.714)	-	-
Outros	(57.275)	(43.043)	(14.232)	(7.330)	-	-
	(2.823.835)	(2.741.126)	(82.709)	(328.361)	-	-
Total	1.599.398	1.722.573	(234.947)	(538.562)	111.771	(182.505)
Juros mora	-	-	-	143.820	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(53.744)	(53.744)	-	-
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(288.691)	(448.486)		

27. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia da ANEEL, de acordo com o Módulo V da Resolução Normativa nº 948/2021.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum:

27.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	30.09.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(100.638)	(100.638)	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	Março de 2029	(17.711)	(53.210)	(2.382)	(4.070)
Compartilhamento de recursos humanos	Fevereiro de 2024	(53.967)	-	(10.617)	(11.616)
Mútuo	Vide nota explicativa nº15	(1.905.454)	(1.148.620)	(163.392)	(61.403)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Dezembro de 2025	(505.344)	(320.796)	(217.032)	(495.731)
Contrato de prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Fevereiro de 2030	(6.429)	-	(6.429)	-
Total		(2.589.543)	(1.623.264)	(399.852)	(572.820)

27.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	Nota	30.09.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Benefício pós-emprego						
VIVEST	Abril de 2031	19	(2.934.140)	(4.288.837)	(286.887)	(383.643)
			(2.934.140)	(4.288.837)	(286.887)	(383.643)
Suprimento de energia - CCEAR						
EGP Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão		(146)	(141)	(997)	(952)
Enel Trading S.A.	Até o final da concessão		(5.271)	(4.237)	(45.138)	(37.569)
EGP Salto Apiaçás S.A.	Até o final da concessão		(240)	(232)	(1.645)	(1.569)
EGP Fazenda S.A.	Até o final da concessão		(97)	(94)	(667)	(637)
EGP Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão		(382)	(298)	(2.157)	(2.057)
EGP Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão		(367)	(276)	(2.001)	(1.908)
			(6.503)	(5.278)	(52.605)	(44.692)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Suprimento de energia - CCGF					
EGP Mourão S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(92)	(320)	(817)	(2.848)
EGP Paranapanema S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(329)	(90)	(2.896)	(802)
EGP Volta Grande S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(2.809)	(2.735)	(24.800)	(24.388)
		(3.230)	(3.145)	(28.513)	(28.038)
Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)					
Enel X Brasil S.A.	Junho de 2028	539	1.466	453	482
		539	1.466	453	482
Comissão de fiança					
Enel SpA	Setembro de 2037	25	(9.257)	(2.886)	(8.957)
			(9.257)	(2.886)	(8.957)
Compartilhamento de recursos humanos					
EGP Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024	689	689	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	3.471	3.471	-	-
EGP Volta Grande S.A.	Fevereiro de 2024	620	620	-	-
		4.780	4.780	-	-
Compartilhamento de infraestrutura					
Ampla Energia e Serviços S.A.	Março de 2029	1.874	571	1.303	581
Enel X Brasil S.A.	Março de 2029	(51)	(340)	289	221
EGP Cachoeira Dourada S.A.	Março de 2029	145	78	67	55
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Março de 2029	2.661	1.396	1.265	1.131
EGP Volta Grande S.A.	Março de 2029	130	63	67	-
Enel Trading S.A.	Março de 2029	69	63	6	45
		4.828	1.831	2.997	2.033
Reembolso expatriados					
Enel Chile S.A.	Março de 2028	4.679	4.679	-	300
Enel Grids S.r.l.	Março de 2028	(38.140)	(27.497)	(3.005)	(8.522)
Enel SpA	Março de 2028	(2.999)	(1.669)	(869)	(1.108)
		(36.460)	(24.487)	(3.874)	(9.330)
Mútuo					
Enel Finance International N.V.	Outubro de 2025	16	(515.710)	-	(8.817)
Apiacas Energia	Dezembro de 2025	16	(14.278)	-	(120)
EGP Cumaru 03 S.A.	Dezembro de 2025	16	(21.417)	-	(180)
EGP Cumaru 05 S.A.	Dezembro de 2025	16	(11.218)	-	(94)
EGP Ventos de Santa Ângela 2 S.A.	Dezembro de 2025	16	(18.357)	-	(155)
EGP Ventos de Santa Ângela 4 S.A.	Dezembro de 2025	16	(3.060)	-	(26)
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 13 S.A.	Dezembro de 2025	16	(2.040)	-	(17)
EGP Ventos de Santa Ângela 17 S.A.	Dezembro de 2025	16	(5.100)	-	(43)
EGP Ventos de Santa Esperança 25 S.A.	Dezembro de 2025	16	(5.100)	-	(43)
EGP Ventos de São Roque 13 S.A.	Dezembro de 2025	16	(13.259)	-	(112)
Enel Soluções Energéticas Ltda.	Dezembro de 2025	16	(6.120)	-	(52)
Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda.	Dezembro de 2025	16	(2.040)	-	(17)
		(617.699)	-	(9.676)	-
Prestação de serviços técnicos					
Gridspertise Latam S.A.	Dezembro de 2026	(19.636)	(32.414)	-	-
		(19.636)	(32.414)	-	-
Compra e venda de material em estoque					
Companhia Energética do Ceará - COELCE	N/A	-	10.989	-	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	N/A	-	6.358	-	-
		-	17.347	-	-
Total		(3.616.778)	(4.331.623)	(387.062)	(473.812)

Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 do Módulo V da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 1.373, publicado em 16 de maio de 2025. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	(1.341)	(96)	1.413	5.054
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	-	110	325
Total	(1.341)	(96)	1.523	5.379

A variação do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 reflete a reversão da remuneração variável (bônus de curto prazo) em razão de movimentação de executivos da alta administração.

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda sua área de concessão. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros

28.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

			30.09.2025		31.12.2024	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	664.741	664.741	1.014.632	1.014.632
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	2.626	2.626	6.394	6.394
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	4.428.013	4.428.013	3.758.970	3.758.970
Créditos a receber - subvenção e outros	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	589.353	554.267	209.799	209.799
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	754.510	754.510	712.427	712.427
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	34.527	34.527	-	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado	2	2.403.559	2.403.559	2.056.357	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	2	10.515.197	10.515.197	9.324.702	9.324.702
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	109.541	109.541
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	533.618	533.618	475.523	475.523
Total do ativo			19.926.144	19.891.058	17.668.345	17.668.345
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.371.788	3.371.788	3.408.926	3.408.926
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	2.724.491	2.692.641	2.521.543	2.390.208
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	2.722.342	2.722.342	1.691.410	1.691.410
Debêntures	Custo amortizado	2	1.643.147	1.645.519	1.801.802	1.822.815
Debêntures	Valor justo por meio do resultado	2	3.276.286	3.276.286	1.814.534	1.814.534
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	479.777	479.777	184.629	184.629
Consumidores - desconto CDE	Custo amortizado	2	635.686	635.686	-	-
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	759.441	759.441	1.317.331	1.317.331
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	20.417	20.417	23.181	23.181
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	268.314	268.314	42.491	42.491
Total do passivo			15.901.689	15.872.211	12.805.847	12.695.525

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 28.2 Hierarquia do valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment* grade (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco - 24ª Emissão	16/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
Itaú - 25ª Emissão	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
Itaú - 27ª Emissão	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	200.000
Itaú - 28ª Emissão	29/05/2025	15/06/2029	Fair value hedge	IPCA	CDI	375.000
Santander - 27ª Emissão	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	600.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
Itaú - BEI I	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	134.654
Itaú - BEI II	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	538.616
Citibank - BEI III	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	68.740
Citibank - BEI IV	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	274.960
Citibank - BEI VII	13/08/2025	13/08/2040	Cash Flow Hedge	SOFR	CDI	10.895
Citibank - BEI VIII	13/08/2025	13/08/2040	Cash Flow Hedge	SOFR	CDI	43.578
BTG - BEI V	13/05/2024	13/05/2039	Fair value hedge	Dólar	CDI	92.070
BTG - BEI VI	13/05/2024	13/05/2039	Fair value hedge	Dólar	CDI	368.280
BNP 4131 - EFI III	06/01/2025	20/10/2025	Fair value hedge	Euro	CDI	506.800
Credit Agricole	06/05/2025	28/11/2025	Fair value hedge	Euro	CDI	800.000
Total						5.833.593

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Derivativos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	843
Juros provisionados	(262.609)
Variação monetária	90.900
Variação cambial	354.579
Marcação a mercado no resultado	(150.516)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	35.104
Recebimento de principal	(45.983)
Pagamento de principal	276.414
Pagamento de juros	66.885
Saldo em 30 de setembro de 2024	365.617
Saldo em 31 de dezembro de 2024	519.392
Juros provisionados	(431.456)
Variação monetária	102.405
Variação cambial	(316.180)
Marcação a mercado no resultado	184.394
Marcação a mercado no patrimônio líquido	36.275
Recebimento de principal	(138.886)
Pagamento de juros	284.439
Pagamento de principal	4.504
Saldo em 30 de setembro de 2025	244.887

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de setembro de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Bradesco - 24ª Emissão	300.694	294.185	-	6.509
Itaú - 25ª Emissão	54.383	175.014	-	(120.631)
Itaú - 27ª Emissão	6.404	22.891	-	(16.487)
Itaú - 28ª Emissão	(1.117)	1.788	-	(2.906)
Santander - 27ª Emissão	19.332	68.673	-	(49.341)
Scotiabank III	(18.011)	(7.331)	(10.680)	-
Itaú - BEI I	(4.991)	2.392	-	(7.383)
Itaú - BEI II	(20.199)	9.583	-	(29.782)
Citibank - BEI III	1.611	2.906	-	(1.295)
Citibank - BEI IV	6.449	11.673	-	(5.224)
Citibank - BEI VII	(1.930)	(1.321)	(609)	-
Citibank - BEI VIII	(477)	(331)	(146)	-
BTG - BEI V	2.374	572	-	1.802
BTG - BEI VI	9.344	2.324	-	7.020
BNP 4131 - EFI III	(45.043)	(45.000)	-	(43)
Credit Agricole	(63.936)	(62.761)	-	(1.175)
Total	244.887	475.257	(11.435)	(218.936)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2025.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	30.09.2025	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.149.156	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,0134%	(1.146.870)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,72%	846.175	Fair value hedge
		848.461	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	835.366	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(807.930)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	753.548	Fair value hedge
		780.984	
Debêntures - 28ª Emissão	IPCA + 8,30%	400.626	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 8,30%	(386.141)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,91%	387.258	Fair value hedge
		401.743	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	297.132	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(289.962)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	307.973	Cash flow hedge
		315.143	
BEI I - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,76% a.a.	110.669	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(105.053)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	110.045	Fair value hedge
		115.661	
BEI II - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,61% a.a.	438.064	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(416.164)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	436.363	Fair value hedge
		458.263	
BEI III - Derivativo Citibank (swap)	USD + 4,51% a.a.	74.664	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,51% a.a.	(75.038)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0%	73.427	Fair value hedge
		73.053	
BEI IV - Derivativo BTG (swap)	USD + 4,38% a.a.	296.441	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,38% a.a.	(297.928)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,17%	291.479	Fair value hedge
		289.992	
BEI V - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,38% a.a.	101.078	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,38% a.a.	(69.609)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,09%	67.235	Fair value hedge
		98.704	
BEI VI - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,28% a.a.	401.850	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,28% a.a.	(276.739)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,03%	267.395	Fair value hedge
		392.506	
BEI VII - Derivativo Citibank (swap)	USD SOFR + 0,988% a.a.	43.056	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,988% a.a.	(41.869)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,34%	43.799	Cash flow hedge
		44.986	
BEI VIII - Derivativo Citibank (swap)	USD SOFR + 1,116% a.a.	10.766	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 1,116% a.a.	(10.570)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	11.047	Cash flow hedge
		11.243	
BNP 4131 - EFI III	EUR + 4,3494%	515.710	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 4,3494%	(515.432)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,5175%	560.475	Fair value hedge
		560.753	
Credit Agricole 4131	USD + 2,978%	783.867	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,978%	(783.113)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,19%	847.049	Fair value hedge
		847.803	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	891.139	
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(215.746)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	209.343	Fair value hedge
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(651.326)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	631.994	Fair value hedge
		865.404	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2025, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

28.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

28.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macro categorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2025 é:

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	397.429	666.472
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	2.626	6.394
Contas a receber de clientes	b.1.2	4.428.013	3.758.970
Depósitos vinculados	b.1.1	754.510	712.427
Ativo financeiro setorial	b.1.3	992.168	891.580
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	b.1.3	2.403.559	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	10.515.197	9.324.702
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	244.887	519.392
Total		19.738.389	17.936.294

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de setembro de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.09.2025	31.12.2024
AAA	400.055	443.143
AA+	-	229.723
Total	400.055	672.866

Instrumentos financeiros derivativos	30.09.2025	31.12.2024
AAA	244.887	519.392
Total	244.887	519.392

(b.1.2) Contas a receber de clientes

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetutados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(b.1.4) Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	16	5.446.833	4.212.953
Debêntures	17	4.919.433	3.616.336
Instrumentos financeiros derivativos	28	(244.887)	(519.392)
Dívida		10.121.379	7.309.897
Caixa e equivalentes de caixa	5	(664.741)	(1.014.632)
Títulos e valores mobiliários	6	(2.626)	(6.394)
Dívida líquida (a)		9.454.012	6.288.871
Patrimônio líquido (b)	21	6.086.547	5.629.270
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		60,83%	52,77%

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos períodos/exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 100.000. Adicionalmente, a Companhia tem acesso direto a linha de crédito compartilhada, contratada pela Enel Brasil com banco de primeira linha, no valor máximo de R\$ 400.000 para a Companhia. A Companhia possui ainda autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, no valor de até R\$ 4.000.000, conforme despachos nº 3.037/2018 e nº 1.916/2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Do total de dívida no passivo circulante, parte refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 491.694, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International N.V. (EFI), pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 30 de setembro de 2025, o saldo de empréstimos com a EFI registrado no passivo circulante é de R\$ 515.710.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 30 de setembro de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo no Brasil classificada como AAA (bra) pela Fitch Ratings.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
Fornecedores	14	1.082.679	1.223.572	936.780	67.343	61.414
Empréstimos e financiamentos	16	755.996	1.490.986	607.235	2.565.363	1.325.543
Debêntures	17	94.028	95.927	1.311.496	3.884.274	1.018.193
Instrumentos financeiros derivativos	28	133.254	142.003	(81.378)	586.469	73.165
Total		2.065.957	2.952.488	2.774.133	7.103.449	2.478.315

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possuía 98,56% (96,87% em 31 de dezembro de 2024) da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e IPCA).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.09.2025	%	31.12.2024	%
Selic	396.694	99,16%	665.715	98,94%
CDI	3.361	0,84%	7.151	1,06%
Total	400.055	100,00%	672.866	100,00%
Ativo indenizável	30.09.2025	%	31.12.2024	%
IPCA	10.515.197	100,00%	9.324.702	100,00%
Total	10.515.197	100,00%	9.324.702	100,00%
Empréstimos, financiamentos e derivativos	30.09.2025	%	31.12.2024	%
CDI	9.864.509	97,46%	6.993.348	95,67%
IPCA	110.520	1,10%	88.053	1,20%
USD SOFR	1.382	0,01%	-	0,00%
Taxa fixa	144.968	1,43%	228.496	3,13%
Total	10.121.379	100,00%	7.309.897	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	30.09.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	396.694	29.554	44.350	59.107	73.904	88.661
CDI		7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	3.361	250	376	501	626	751
IPCA		2,57%	3,85%	5,13%	6,41%	7,70%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.515.197	270.241	404.835	539.430	674.024	809.670
Total	10.915.252	300.045	449.561	599.038	748.554	899.082

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do *spread* contratual, conforme definido na nota explicativa nº 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

		Projeção receitas/despesas financeiras - um ano				
Dívidas	30.09.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 26ª Emissão	(619.317)	(54.307)	(75.384)	(95.829)	(115.682)	(134.976)
Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	(1.023.829)	(84.456)	(119.354)	(153.208)	(186.080)	(218.028)
Mútuo - Enel BR V	(251.409)	(19.804)	(28.348)	(36.636)	(44.684)	(52.505)
Mútuo - Enel BR VI	(37.494)	(2.954)	(4.228)	(5.464)	(6.664)	(7.831)
Mútuo - Enel BR VII	(30.971)	(2.514)	(3.567)	(4.588)	(5.579)	(6.543)
Mútuo - Enel BR VIII	(265.866)	(21.580)	(30.617)	(39.383)	(47.895)	(56.168)
Mútuo - Enel BR IX	(128.775)	(10.452)	(14.830)	(19.076)	(23.198)	(27.205)
Mútuo - Enel BR X	(359.734)	(29.450)	(41.678)	(53.541)	(65.059)	(76.253)
Mútuo - Enel BR XI	(237.523)	(19.422)	(27.495)	(35.328)	(42.933)	(50.324)
Mútuo - Enel BR XII	(1.145)	(7)	(11)	(14)	(17)	(20)
Mútuo - Enel BR XIII	(228.852)	(1.476)	(2.131)	(2.766)	(3.383)	(3.982)
Mútuo - Enel BR XIV	(45.462)	(588)	(848)	(1.101)	(1.346)	(1.584)
Mútuo - Enel BR XV	(22.490)	(422)	(615)	(803)	(984)	(1.161)
Mútuo - Enel BR XVI	(71.409)	(1.414)	(2.027)	(2.622)	(3.199)	(3.760)
Mútuo - Enel BR XVII	(122.335)	(2.422)	(3.473)	(4.491)	(5.480)	(6.441)
Mútuo - Apiacas Energia	(14.278)	(268)	(391)	(510)	(625)	(737)
Mútuo - EGP Cumaru 03	(21.417)	(403)	(586)	(765)	(938)	(1.106)
Mútuo - EGP Cumaru 05	(11.218)	(211)	(307)	(401)	(491)	(579)
Mútuo - EGP V.S. ANGELA 2	(18.357)	(345)	(503)	(656)	(804)	(948)
Mútuo - EGP V.S. ANGELA 4	(3.060)	(58)	(84)	(109)	(134)	(158)
Mútuo - EGP V.S. Esperança 13	(2.040)	(38)	(56)	(73)	(89)	(105)
Mútuo - EGP V.S. Esperança 17	(5.100)	(96)	(140)	(182)	(223)	(263)
Mútuo - EGP V.S. Esperança 25	(5.100)	(96)	(140)	(182)	(223)	(263)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Mútuo - EGP V.S. Roque 13	(13.259)	(249)	(363)	(473)	(581)	(685)
Mútuo - Enel Soluções Energéticas	(6.120)	(115)	(168)	(219)	(268)	(316)
Mútuo - Usina Eólica Pedra Pintada D	(2.040)	(38)	(56)	(73)	(89)	(105)
CCB ITAÚ	(311.103)	(4.075)	(5.856)	(7.583)	(9.260)	(10.889)
MUFG II	(156.980)	(9.199)	(13.225)	(17.129)	(20.919)	(24.603)
IPCA						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.149.156)	(44.480)	(51.501)	(58.463)	(65.366)	(72.213)
Debêntures - 25ª Emissão	(835.366)	(50.829)	(58.366)	(65.841)	(73.256)	(80.612)
Debêntures - 27ª Emissão	(891.140)	(70.620)	(78.682)	(86.679)	(94.611)	(102.480)
Debêntures - 28ª Emissão (2ª série)	(400.625)	(39.860)	(43.473)	(47.057)	(50.612)	(54.139)
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.146.870	44.300	51.293	58.226	65.102	71.921
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(846.175)	(44.594)	(63.912)	(82.647)	(100.835)	(118.509)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	807.930	48.250	55.405	62.501	69.540	76.522
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(753.547)	(60.714)	(86.326)	(111.171)	(135.296)	(158.742)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	215.747	16.759	18.673	20.570	22.453	24.320
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(209.343)	(16.637)	(23.752)	(30.653)	(37.355)	(43.868)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	386.141	37.837	41.267	44.670	48.044	51.392
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(387.258)	(31.124)	(44.287)	(57.055)	(69.452)	(81.502)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	651.326	50.595	56.371	62.100	67.783	73.421
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(631.994)	(50.226)	(71.705)	(92.541)	(112.772)	(132.435)
Taxa fixa						
Scotiabank III 4131	(297.132)	185.954	80.020	2.659	(58.638)	(109.574)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	289.962	(181.467)	(78.090)	(2.595)	57.223	106.930
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(307.973)	(24.758)	(34.381)	(43.715)	(52.777)	(61.585)
BEI I	(110.669)	73.384	30.267	(1.220)	(26.169)	(46.901)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	105.054	(69.661)	(28.732)	1.158	24.841	44.521
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(110.045)	(7.808)	(11.545)	(15.171)	(18.691)	(22.112)
BEI II	(438.064)	291.320	120.535	(4.186)	(103.008)	(185.126)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	416.164	(276.539)	(114.420)	3.974	97.781	175.733
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(436.363)	(30.126)	(44.944)	(59.317)	(73.274)	(86.838)
BEI III	(74.664)	48.972	19.864	(1.393)	(18.235)	(32.231)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	75.038	(49.218)	(19.964)	1.400	18.327	32.393
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(73.427)	(5.232)	(7.726)	(10.145)	(12.494)	(14.777)
BEI IV	(296.441)	194.777	79.221	(5.168)	(72.033)	(127.596)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	297.928	(195.755)	(79.618)	5.194	72.395	128.236
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(291.479)	(20.271)	(30.168)	(39.770)	(49.093)	(58.154)
BEI V	(101.078)	65.502	26.069	(2.729)	(25.546)	(44.507)
Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	69.609	(45.109)	(17.952)	1.879	17.593	30.650
Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(67.235)	(4.852)	(7.135)	(9.351)	(11.502)	(13.592)
BEI VI	(401.850)	260.763	104.004	(10.474)	(101.180)	(176.554)
Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	276.739	(179.578)	(71.624)	7.213	69.679	121.586
Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(267.395)	(18.973)	(28.054)	(36.863)	(45.417)	(53.730)
BNP 4131 - EFI III	(515.710)	27.007	10.212	(2.053)	(11.771)	(19.847)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	515.432	(26.992)	(10.206)	2.052	11.765	19.836
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(560.475)	(3.609)	(5.213)	(6.769)	(8.279)	(9.746)
Credit Agricole 4131	(783.867)	84.417	33.441	(3.786)	(33.282)	(57.793)
Derivativo Credit Agricole (swap) - Ponta Ativa	783.113	(84.335)	(33.409)	3.782	33.250	57.737
Derivativo Credit Agricole (swap) - Ponta Passiva	(847.049)	(10.444)	(15.292)	(19.993)	(24.556)	(28.990)
SOFR						
European Investment Bank VII	(43.056)	(1.304)	(1.731)	(2.159)	(2.587)	(3.014)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	41.869	1.304	1.731	2.159	2.587	3.014
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(43.799)	(2.971)	(4.458)	(5.901)	(7.301)	(8.663)
European Investment Bank VIII	(10.766)	(340)	(447)	(554)	(661)	(768)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	10.570	340	447	554	661	768
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(11.047)	(767)	(1.142)	(1.506)	(1.860)	(2.203)
Total	(10.121.379)	(484.171)	(815.916)	(1.120.039)	(1.405.712)	(1.677.359)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira, possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2025 (em reais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Passivos em moeda estrangeira	30.09.2025
Empréstimos e financiamentos	3.073.296
Exposição patrimonial	3.073.296
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.881.477)
Total	191.819

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.09.2025
Fornecedores (Itaipu)	24.087	128.107
Passivo líquido exposto	24.087	128.107

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Itaipu Binacional, PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS-D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto a este mérito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

O processo foi deliberado na reunião de diretoria da ANEEL em 15 de abril de 2025, com a decisão de não conhecer do pedido de reconsideração por estar exaurida a análise na esfera administrativa. Na sequência, em 22 de abril de 2025 foi publicado o Despacho nº 1.124/25 com a referida decisão. A Companhia avalia a judicialização do tema, dentro dos prazos legais.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 112.552. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão do referido montante, relacionado ao ativo financeiro de sobrecontratação involuntária – vide nota explicativa nº 10.7.1.

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	18.721.206	7.455.100	7.535.025	7.763.020	88.142.402

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 que foram homologados pela ANEEL.

30. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	10/31/2024	10/31/2025	22.600.237	6.284.546
Responsabilidade civil geral	10/31/2024	10/31/2025	N/A	115.775
Responsabilidade civil administradores	10/31/2024	10/31/2025	N/A	86.382
Riscos ambientais	10/31/2024	10/31/2025	N/A	125.691

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	219.280	769.465
Total	219.280	769.465

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Pagamento de juros

	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(229.131)	(223.459)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	16.039	6.072
Total	(213.092)	(217.387)

31.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa

	Nota	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
<u>Atividades de financiamentos</u>			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	3.754.542	2.152.927
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	(2.445.285)	(1.807.732)
Captação de debêntures	17	1.350.000	-
Pagamento de debêntures (principal)	17	(350.000)	(350.000)
Pagamento de arrendamento (principal)		(87.643)	(53.245)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos (principal)		134.382	(276.414)
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(59.500)
Total		2.355.996	(393.964)

32. Eventos subsequentes**32.1 Captação da 29ª emissão de debêntures**

Em 15 de setembro de 2025 houve a 29ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional em série única. O desembolso da operação ocorreu em 15 de outubro no montante de R\$ 500.000. A operação possui taxa de IPCA + 7,4961% a.a. e vencimento em 15 de setembro de 2035. Junto à emissão foi contratado *swap* para troca de taxa de juros de IPCA + 7,4961% a.a. para CDI + 0,55% a.a.

32.2 Auto de Infração - AI nº 0003/2025-ARSESP-SFT

Em 08 de outubro de 2025, a Companhia recebeu o Auto de Infração - AI nº 0003/2025-ARSESP-SFT, emitido pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, referente a falhas identificadas no processo de faturamento no período de janeiro a dezembro de 2023. O AI prevê a aplicação de multa no valor de R\$ 83.799. Foi interposto recurso administrativo junto à ARSESP, e a Companhia acompanhará os desdobramentos do processo, informando prontamente o mercado sobre eventuais movimentações relevantes. Por se tratar de risco de perda possível, de acordo com a avaliação da Companhia, não foi constituída provisão para o referido AI.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos da sua área de concessão, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes dos 24 municípios onde atua, incluindo a capital. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações:

- **Aumento de pessoal próprio:** contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- **Investimento em infraestrutura:** ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- **Novos protocolos de atuação em caso de contingência:** ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- **Podas de árvores:** proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Américas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano de investimentos divulgado pela Companhia, que aponta uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões no período de 2025 a 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios.

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)								
	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Manutenção	217.749	116.794	86,4%	150.243	44,9%	506.582	356.700	42,0%
Crescimento	368.654	328.538	12,2%	314.757	17,1%	904.571	763.754	18,4%
Novas Conexões	135.491	102.212	32,6%	132.282	2,4%	381.981	285.949	33,6%
Financiado pela Companhia	721.895	547.544	31,8%	597.281	20,9%	1.793.135	1.406.403	27,5%
Financiado pelo Cliente	37.921	26.916	40,9%	32.133	18,0%	80.558	83.203	-3,2%
Total	759.816	574.460	32,3%	629.414	20,7%	1.873.692	1.489.605	25,8%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números de 2024 foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 3T25 o total de R\$ 759,8 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 217,7 milhões, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 368,7 milhões.

No acumulado do ano, os investimentos totalizaram R\$ 1,9 bilhão, representando um crescimento de 25,8% em relação ao 9M24.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 27 de fevereiro de 2025 e 25 de outubro de 2024, respectivamente, os quais, não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes relativos a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de outubro de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra Contador
CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forzis Mazars Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 29 de outubro de 2025.

Diretores:

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosalina
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretoria de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forzis Mazars Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 29 de outubro de 2025.

Diretores:

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosalina
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretoria de Engenharia e Construção